



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 108/79, que dá nova redação ao Artigo 1.º, da Lei n.º 7.079, de 08/01/79, na qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor URBANO PEDRONI, Prefeito Municipal de Floraí, homem probo e, que vinha se destacando como um dos melhores Prefeitos da Região.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência à família enlutada, aos cuidados do Senhor José Carlos Ratti, Digníssimo Vice-Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento:

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, consultado o Plenário, na forma regimental, a inserção em ata de manifestação de pesar pelo falecimento, em Borrazópolis, dia 11 último, do Sr. ILDO ANTÔNIO DE ARAÚJO.

O extinto, do alto comércio local, era grandemente conceituado, sendo objeto de estima geral, pelo que seu passamento repercutiu dolorosamente em Borrazópolis.

Requeiro, se aprovado este, que se dê conhecimento do fato à viúva do desaparecido, Sra. MARLY SANTOS ARAÚJO.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Otacílio Carvalho de Oliveira, num lamentável acidente automobilístico, ocorrido no Município de Ibaiti.

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, residente em Conselheiro Maririque - PR.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) RUBEN VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ADELAIDE WEIGERT WANDERLEY, ocorrido na data de 13 de agosto, nesta Capital, progenitora do ilustre Vereador Jefferson Wanderley.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) RENATO BUENO

Apoiamento: FABIANO BRAGA CÔRTEZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando a criação e instalação de uma agência daquele órgão, no Município de IBAITI, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ibaiti, com seus quase 60 mil habitantes, localizado no Norte Pioneiro, circundado por diversos municípios pequenos, distantes dos grandes centros e com um crescente desenvolvimento, está a exigir mais um estabelecimento financeiro, nos moldes da Caixa Econômica Federal, a fim de atender a demanda de sua população e de seu desenvolvimento, pois possui quase uma centena de estabelecimentos comerciais.

Com o advento da instalação de duas (02) grandes destilarias de álcool carburante e uma expressiva produção agrícola, agro-pastoral, que bem demonstra sua importância econômico-social, gera de grande benefício, não só para aquela região,

como também ao Poder Público a justa reivindicação que se faz com o presente apelo

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER, seja enviado expediente ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, solicitando uma avaliação urgente da situação jurídica do caso "Banco do Estado do Paraná S/A X Antônio Padovani", que envolve a problemática de terras da localidade de São Pedro, Município de Toledo, que atualmente encontra-se no Supremo Tribunal Federal. Consta que a solução do mesmo demorará por mais alguns anos. Caso confirme-se esta demora, — tendo em vista o sério problema social existente naquela área, — o INCRA deverá promover, então, a DESAPROPRIAÇÃO, única solução rápida e legal no momento.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, contendo o teor do presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Toledo, bem como ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação dos Moradores e Amigos de São Pedro.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-firmados, no uso de suas atribuições regimentais, e diante dos crimes brutais, violentos e chocantes, que tem ocorrido em Cascavel, vêm requerer a constituição de uma Comissão Especial composta de 03 Parlamentares, membros deste Poder, para acompanhar as investigações e o inquérito.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO

RENATO BUENO

FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Tribunal da Justiça e Corregedor Geral da Justiça, reiterando o pedido de reintegração do Registro de Imóveis de Capitão Leônidas Marques da Comarca de Capanema para a Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Após a criação da Comarca de Capanema, os registros dos imóveis situados no Município de Capitão Leônidas Marques passaram a pertencer a essa comarca, situada no sudoeste do Paraná.

A ligação entre Capitão Leônidas Marques e Capanema é dificultada, não só pela distância, como também pela falta de estradas pavimentadas ligando esses dois municípios, além da transposição sobre o Rio Iguaçu que divide o Oeste do Sudoeste ser feita através do precário sistema de balsa.

Voltando à jurisdição de Cascavel, onde o acesso torna-se mais fácil, a população do progressista Município de Capitão Leônidas Marques estará melhor servida e ficará definitivamente consolidada a desburocratização que se faz necessária naquele setor.

Por essas razões, esperamos sejam tomadas as providências necessárias, pois, já havíamos levado pessoalmente o problema ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça e do Doutor Juiz dos Regis-

tros Públicos da Comarca de Cascavel, e aquelas autoridades mostraram-se interessadas em regularizar essa situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, MANIFESTO DOS JORNALISTAS DE CASCAVEL, constante do telex anexo.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Nosso Estado vive ainda sob o impacto do bárbaro assassinato do jornalista ANTÔNIO HELENO RODRIGUES DOS SANTOS, abatido a tiros na cidade de Cascavel.

A intranquilidade e a insegurança não podem tumultuar a imagem de progresso e desenvolvimento do Oeste do Paraná.

É triste lembrar que a própria vítima teria pressentido esse atentado e, segundo dizem, chegou a confidenciar o nome do possível mandante, poucos dias antes desse lamentável evento.

Associamo-nos aos profissionais da imprensa de Cascavel, pois em seu manifesto limitam-se a clamar por JUSTIÇA!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, cópia xerográfica da Primeira Sessão Especial da Câmara Municipal de Porecatu, realizada em 04 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979.

(a) FUAD NACLI

Apoio: LÁZARO DUMONT

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz à tribuna na data de hoje, é que estamos formulando um requerimento para que conste dos Anais da Casa, a Primeira Sessão Especial da Câmara Municipal de Porecatu, com o apoio do Deputado Lázaro Dumont, o problema da comissão especial designada, para tratar dos assuntos que trouxeram o problema de Porecatu. Essa ata para mim é muito importante, porque no seu decorrer, houve diversas distorções e aqui ela está bem clara, em que os nobres Deputados Lázaro Dumont, Ruben Valduga, Fiori Luiz e José Tavares fizeram seus pronunciamentos, seus contatos e suas visitas, e nós, como relator dessa comissão, não poderíamos deixar de constar dos Anais desta Casa, e na data de hoje formulamos o nosso requerimento.

Infelizmente, Senhores Deputados, não estivemos na data de ontem nesta Casa, por motivo alheio à nossa vontade. Não poderíamos deixar de vir a esta tribuna para falar do assassinato que ocorreu na madrugada de ontem em Cascavel, do jornalista conhecido, ex-morador de Maringá e Londrina, Antônio Heleno, e ex-proprietário do jornal "Fronteira do Iguaçu", daquele cidade.

Queremos cumprimentar os Senhores Deputados Renato Bueno e Tolentino, pelos seus pronunciamentos na data de ontem. Lemos o jornal de hoje e tivemos contato telefônico ainda agora há pouco, com a cidade de Cascavel, e infelizmente não pudemos nos dirigir para acompanhar o sepultamento.

Quero confessar e quero que conste dos Anais desta Casa, que quando foi posto fogo, por mãos criminosas, no jornal "Fronteira do Iguaçu", Antônio Heleno recebia ameaças de que ele não continuasse com a sua imprensa, pois, caso contrário,

seria morto.

Esteve comigo aqui em Curitiba e eu o aconselhei que procurasse a melhor forma possível. Não quero aqui acusar aqueles que querem ter um mando, ou melhor dizendo, a liderança política daquela cidade, mas a verdade é que não aceitaram as críticas do jornal a "Frenteira do Iguaçu". Nós temos hoje liberdade, não só a imprensa de Cascavel, mas como de todo o Brasil, porque se não fosse a liberdade, eu não estaria hoje, desta tribuna, referindo-me sobre tal assunto e nem sobre os mandantes, não só do crime de Antônio Heleno, mas de tantos crimes insolúveis que têm acontecido em Cascavel.

Faço o apelo desta tribuna ao Senhor Secretário de Segurança, e ao Senhor Governador do Estado, que Cascavel não pode permanecer no Estado do Paraná com esse clima de intranquilidade para a família paranaense. Não é o primeiro que acontece nas vias públicas daquela cidade, ameaçando toda uma região e todo um Estado.

Quero aqui confessar, meus amigos, que durante toda a campanha encerrada que se desfechava em Cascavel, a luta era mais intensa dentro da nossa própria agremiação do que na Oposição, e viemos aqui hoje para deixar bem clara a minha posição como Deputado e Parlamentar, e como cidadão e brasileiro. Não aceito e não vou aceitar a maneira como está sendo conduzida a forma e a orientação naquela comarca e naquele município. Não é possível que os crimes que se cometem em Cascavel, como por exemplo do Secretário da Prefeitura, que até a data de hoje todo o mundo em Cascavel sabe quem é o mandante e ele está solto na cidade. Todo o mundo sabe perfeitamente que, em Cascavel, no Brasil e no Paraná, que lá não se aceitava críticas a outros jornais. Por que então, não vamos fechar a imprensa toda, não só de Cascavel, mas do Brasil?

Temos os caminhos legais, e quando as críticas não são verdadeiras, quando elas forem os preceitos legais temos a justiça para abrir os inquéritos e processar aqueles que levantam as suas calúnias. Mas, se falar a verdade é crime, então eu terei cometido um crime aqui, hoje, nesta Casa de Leis. Não vim para defender aqueles que levaram o jornalista, por mãos criminosas, à morte, mas quero defender o povo ordeiro daquela região.

Quero congratular-me como disse, com os Deputados que trouxeram apoio à imprensa de Cascavel, com referência a esse crime que lá se deu.

Sr. Presidente, quero que as notas taquigráficas desta Casa me sejam fornecidas, para que eu possa encaminhar ao Sr. Secretário de Segurança, ao Sr. Governador do Estado, porque não vou mais permanecer nesta Casa calado, e não vou ficar mais na posição que estou ficando até a data de hoje, vendo crimes impunidos, assassinos soltos pela cidade e sendo acobertados pela polícia, às vezes.

Mas quero confessar que nós confiamos na justiça, nós confiamos na Polícia, mas como bem disse aqui o Deputado Tolentino, que dirija um Delegado, que vá para lá despedido de cor partidária para levantar as responsabilidades das mãos criminosas, para que nós possamos também ir a Cascavel, ir à Corbélia e Nova Aurora, Catanduva, Céu Azul, Formosa e Toledo para que não voltem à década de vinte anos atrás. Chega de banditismo no Paraná.

Nós queremos progresso e o progresso está aí que é o asfalto, que é a validade dos homens que trabalham.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria que os Deputados que representam aquela região, junto comigo fizessem uma reunião hoje para que nós pudéssemos avaliar quantos crimes insolúveis estão há mais de dez anos naquela região, sem solução, para que haja uma paralisação definitiva, para que haja uma justiça não só em Cascavel, mas em todo o Oeste e Sudoeste.

É o que eu teria que dizer na data de hoje e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje a página externa do segundo caderno do Estado do Paraná, vem trazendo umas notícias interessantes e que dizem respeito diretamente à economia paranaense. Porque nós sentimos claramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que dentro da orientação e da perplexidade em que se encontra o esquema administrativo desse estado autoritário implantado no País, já os seus técnicos não mais se entendem e passam a falar linguagem diferente.

Enquanto o Brasil importa, este ano, cerca de um bilhão de dólares para completar a sua cota de consumo de trigo, a produção nacional de trigo, entretanto, poderá estar comprometida pela falta de óleo combustível necessário à manutenção dos seus secadores. E enquanto este trigo é importado ao valor de Cr\$ 6.000,00 a tonelada, e entregue aos moinhos nacionais, em grande parte pertencentes a empresas multinacionais, ao valor de Cr\$ 2.000,00, nós vemos os técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, vir a público e defender a gradativa eliminação do subsídio dado ao trigo de estrangeiro. Enquanto isso, a SUNAB tão bem decantada pelo Presidente Figueiredo na sua famigerada passeata pelas feiras livres de S. Paulo, quando de público preconizou a pura e simples extinção daquele órgão pela senilidade da sua estrutura interna, esta mesma SUNAB senil e esclerosada, vem a público para defender a manutenção desta sangria aos cofres nacionais, gerando por sua vez, mais um bilhão de dólares de importação.

Quando sentimos e percebemos, Srs. Deputados, que não será o subsídio do trigo ou o subsídio ao trigo, que poderá minorar as necessidades de alimentação do nosso povo e da nossa gente, mas que existe realmente, em termos brasileiros, um enorme divórcio entre a capacidade do trabalhador brasileiro em consumir a sua receita e a sua dieta mínima de alimentação, e a possibilidade do produtor brasileiro, entregar na mesa do consumidor, os produtos dentro da sua capacidade, da sua possibilidade de produção, de venda e de consumo.

Por isso, é que hoje se pretende e já nasce um grande movimento a nível nacional, de se definir uma política de fixação de preços sociais, para a alimentação básica do nosso povo.

O que é feito em relação ao trigo, beneficiando fundamentalmente o imperialismo das empresas multinacionais, fazendo do consumo do trigo no Brasil, um verdadeiro negócio da China. Entretanto, não existe uma preocupação com os preços sociais da alimentação básica do trabalhador brasileiro. E no momento em que os técnicos do autoritarismo que aí está, vem a público para contestar as posições dos técnicos a nível estadual, que portanto, vivem e sentem o problema do Paraná, é uma hora, também do Poder Legislativo do Estado tomar uma posição a respeito do assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, o nobre Deputado Renato Bueno. Antes porém, registramos com satisfação a presença no plenário do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias.

O SR. RENATO BUENO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente volto à tribuna, para tratar do mesmo assunto que já fizemos ontem, no tocante ao bárbaro assassinato do Diretor-Proprietário do jornal "Frenteira do Iguaçu".

Desta vez, Sr. Presidente, é para transmitir a esta Casa, um telex que recebi hoje com dezenas de assinaturas de jornalistas dos jornais: "Folha de Londrina", sucursal de Cascavel, "Frenteira do Iguaçu"; "Hoje", Cascavel; "Hoje", Foz do Iguaçu, usando os seguintes termos: (Le)

"MANIFESTO DOS JORNALISTAS."

OS SIGNATÁRIOS DESTES, MILITANTES NOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA IMPRENSA DE CASCAVEL, TENDO EM

VISTA O ESTÚPIDO ASSASSINATO DE QUE FOI VÍTIMA ANTÔNIO HELENO DOS SANTOS, PROPRIETÁRIO DO JORNAL "FRONTEIRA DO IGUAÇU", ABATIDO A TIROS EM PLENO CENTRO DA CIDADE, SENTEM-SE NO DEVER DE VIR A PÚBLICO E EXPOR O QUE SEGUE:

— É LAMENTÁVEL QUE CASCAVEL SEJA NOVAMENTE PALCO DE ATO MONSTRUOSO, QUE DEPÕE CONTRA OS SEUS FOROS DE CIDADE CIVILIZADA E QUE SEM DÚVIDA ALGUMA CONSTITUI UMA AMEAÇA A TODOS OS MEMBROS DA IMPRENSA LOCAL.

— COMO HÁ VÁRIOS MESES, DIANTE DO TAMBÉM BARBARO E LAMENTÁVEL ASSASSINATO DO SECRETÁRIO GERAL DA PREFEITURA, DANILO GALAFASSI, HOVE RÁPIDA REAÇÃO DAS AUTORIDADES, REAÇÃO ESSA ELOGIÁVEL, QUE CONSEGUIRAM A VINDA DE UM DELEGADO ESPECIAL PARA CUIDAR DO CASO, ESPERAMOS AGORA O MESMO COMPORTAMENTO DOS HOMENS QUE ESTÃO NO PODER, IMPULSIONANDO UM DISPOSITIVO DE INVESTIGAÇÃO CAPAZ DE LOCALIZAR OS CRIMINOSOS (OU CRIMINAULO 19:—18+—4 9' :48.8,9'9' (O CRIMINOSO) A FIM DE ENTREGÁ-LOS À JUSTIÇA.

— ENTENDEMOS QUE SE ALGO NÃO FOR FEITO PARA PUNIR OS RESPONSÁVEIS POR ESSE ATO SELVAGEM E QUE ATENTA CONTRA A NOSSA CONSCIÊNCIA CRISTÃ PODEREMOS VIR A LAMENTAR BREVE-MENTE OUTRAS MORTES EM CIRCUNSTÂNCIAS IDÊNTICAS.

ESSE ACONTECIMENTO FUNESTO SE CONSTITUI EM SÉRIA AMEAÇA A TODOS AQUELES QUE MILITAM NO CAMPO JORNALÍSTICO, DEIXANDO DESOLADOS E AMEDRONTADOS TODOS OS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA, UMA VEZ QUE NÃO HÁ GARANTIA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO EM CASCAVEL.

— POR CONSEQUENTE, DADA A GRAVIDADE DA OCORRÊNCIA E EM FACE DE ESTARMOS VIVENDO A AMEAÇA DE UM RETORNO AOS TEMPOS EM QUE O BANDITISMO CAMPEAVA LIVREMENTE NESTAS PARAGENS, SOLICITAMOS AOS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA DA POPULAÇÃO AS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS:

A) - A DESIGNAÇÃO DE UM DELEGADO ESPECIAL, TOTALMENTE DESVINCULADO DE QUALQUER ESQUEMA POLÍTICO, PARA ACOMPANHAR O CASO E PARA, COM A AJUDA DA POLÍCIA LOCAL, APONTAR OS ASSASSINOS E O MANDANTE.

B) - MEDIDAS ESPECIAIS DE SEGURANÇA PARA A PROTEÇÃO DOS MEMBROS DA CLASSE, INQUIETOS COM A TRÁGICA OCORRÊNCIA.

— FINALMENTE, ESTAMOS CERTOS DE QUE ESTE NÃO É UM CASO COMUM, E COMO TAL DEVE SER ENCARADO, TOMANDO-SE TODAS AS MEDIDAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, DE ROTINA E EXCEPCIONAIS.

CASCAVEL, 14 DE AGOSTO DE 1.979."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno à tribuna desta Casa, para fazer um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, a respeito de um requerimento que enviamos à apreciação deste douto Plenário, tendo sido aprovado no dia 12 de junho, próximo passado, que se refere à estrada que liga Bela Vista do Paraíso, a Primeiro de Maio.

Entendi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que devesse aqui voltar para cobrar do Sr. Secretário dos Transportes uma informação, até certo ponto com urgência, a respeito do anda-

mento daquelas obras, porque fomos informados, à época que subscrevemos o requerimento, de que a paralização daquela obra seria em função de aspectos políticos, que envolviam a pessoa do atual Governador, com a pessoa do ex-Governador, Jayme Canet Júnior.

E esta informação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem alguma razão de ser. Não sei se Vossas Excelências sabem, essa estrada corta a fazenda do Sr. Jayme Canet Júnior, em aproximadamente cinco mil metros; quase cinco quilômetros. E as informações que teriam chegado a este Parlamentar, era de que o atual Governador teria suspenso a construção daquela estrada, porque ela servia ao ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Mas, se este aspecto é ou não é verídico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que, além do proprietário Jayme Canet Júnior, do Município de Bela Vista do Paraíso, inúmeros outros proprietários rurais também desejam a construção daqueles estradas, e inclusive doaram cafeeiros em grandes quantidades ao DER do Paraná, para que a estrada pudesse ser alargada.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retornando de uma visita que fiz àquela obra, àquela estrada, constatei, - e é exatamente a razão do meu retorno à tribuna e a este assunto - de que esta obra, além de estar paralizada, a estrada está sem condições de comunicação. A linha de ônibus que servia Bela Vista do Paraíso-Primeiro de Maio, deixou de fazer o percurso, porque nos locais onde existiam as velhas pontes, o DER ou a Construtora arrancou aquelas pontes, e para edificar novas pontes de concreto em seus locais, em seus lugares, eles tiveram evidentemente que assim agir. Mas, acontece que nesses lugares onde existiam as pontes, foram edificadas bases de concreto, e, em seguida, veio a suspensão da execução das obras.

Por conseguinte, nessa estrada, não há condições de tráfego. As pessoas, os agricultores, para transportar os seus produtos para Primeiro de Maio e Bela Vista, estão passando por uma série de dificuldades, e isto quando não é época de chuvas, porque quando chove a situação da estrada fica muito pior.

Então, Sr. Presidente, não é concebível que numa época como esta, dois municípios não possam se comunicar porque há um certo desmando da administração pública, no que diz respeito a execução de uma estrada.

Se o problema é político ou não, não nos interessa. O que nos interessa é que se construa a estrada ou, se não construir a estrada, como temos também informações de que a paralização não foi em razão de problemas políticos, mas sim, em razão do Estado estar atravessando uma crise econômica difícil. Mas, a verdade é que pelo menos o DER e a Secretaria dos Transportes, que se dignem deixar a estrada da forma como estava anteriormente, e o tráfego possa livremente ser conduzido, e os agricultores não sofram nenhuma dificuldade para chegar à Bela Vista ou a Primeiro de Maio.

Portanto, Sr. Presidente, o meu apelo ao Sr. Secretário dos Transportes é no sentido de que, com a maior urgência possível, ele dê uma atenção especial a essa estrada, não no sentido da construção, que nós compreendemos perfeitamente bem, das dificuldades da execução de uma obra, mas pelo menos, para que retorne aquela estrada à condição anterior de tráfego e de normalidade.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Registro a presença em nosso plenário do Vereador Jorge Vieira, do Município de Umuarama.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Recentemente, desta tribuna mesmo, dizíamos do desenvolvimento e do progresso da região Oeste do Paraná. Fazíamos

um relato dos primórdios da sua civilização, e nos permitíam fazer uma incursão da metamorfose social e das transformações que se operaram na civilização do Oeste do Paraná e, de modo especial, de Cascavel.

Falava dos jagunços, dos portadores de armas acintosamente perambulando pelas ruas, do homem de chapéu grande, de capas e de botas que adentravam aos bares, adentravam aos organismos públicos, representando a época primeira das civilizações. E, como desdobramento no aperfeiçoamento desta civilização, dizíamos que apenas se mudaram as roupagens, que os jagunços de outrora, talvez hoje, estariam vestidos de gravata, de terno, de sapato engraxado e, quem sabe até de um linguajar aprimorado, porque o curso dos tempos impõe um progresso.

Realmente, Sr. Presidente, ao que se vem verificando em Cascavel, a desatenção das autoridades com os crimes hediondos e bárbaros que têm acontecido, tem repercutido negativamente em todo esse progresso hoje discutido.

E aí está mais um episódio dos mais tristes que pode acontecer numa cidade civilizada.

A imprensa de Cascavel de luto, a cultura de Cascavel ameaçada, os homens de bem colocados à margem do processo de desenvolvimento, a temeridade alcançam os lares, as autoridades distantes deixam que esses episódios se repitam por mais de uma vez.

Parlamentares dos dois partidos estão a reclamar, a exigir, porque - porque lhes é de direito - um comportamento compatível com as exigências de segurança e tranquilidade que aquele povo merece.

E não seria outra a minha passagem novamente pela tribuna, já secundando os eminentes Deputados que me antecederam, fazendo aqui, Sr. Presidente, quicá com as assinaturas dos Deputados Renato Bueno e Fuad Nacli, um pedido para que constitua uma Comissão Parlamentar Especial para acompanhar as investigações, o inquérito policial que há de ser instalado para desvendar, de uma vez por todas, essa carnificina, essa matança que, segundo a própria imprensa, está sendo oficializada, está sendo desenvolvida por profissionais do gatilho.

Sr. Presidente, venho novamente a esta tribuna fazer um apelo veemente, um apelo que toda a população de Cascavel, representada pelos profissionais da imprensa, há de fazer sempre pelos seus periódicos. E nós usaremos, todas as vezes que for necessário, esta tribuna para pedir e exigir, das autoridades, um comportamento digno daqueles que estão investidos no poder, para proibir, para dismantelar, para esclarecer esses crimes que até agora tem sido insolúveis, como outros que já aconteceram em Cascavel.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para requerer também, que seja transcrito, nos Anais desta Casa, o manifesto dos jornalistas de Cascavel, cujo telex se faz acompanhar deste requerimento.

Ao mesmo tempo, requeiro que seja reintegrado à Comarca de Cascavel o Registro de Imóveis relativos aos imóveis de Capitão Leônidas Marques, que ainda pertencem a Capanema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

A imprensa paranaense destaca a morte do jornalista Antônio Heleno Rodrigues do Santos, do jornal "Frenteira do Iguaçu", em Cascavel.

E nós, como jornalista profissional que somos, não poderíamos nos omitir. Inclusive, com a imprensa paranaense de luto e ainda indignada com essa nova agressão a um profissional da imprensa do Paraná.

O próprio Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Airton Baptista, pede providências. O Presidente do Sindica-

to dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, pede providências.

É preciso dar-se uma garantia de atuação e de expressão aos homens responsáveis pela imprensa deste Estado. Ameaças são comuns a jornalistas onde impera ainda o coronelismo, como é o caso de Cascavel, embora uma das principais cidades do Estado, mas ainda com coronelismo latente e expressivo.

Pistoleiros profissionais foram contratados e um jornalista foi morto. A mando de quem? Quem teria pago esses pistoleiros profissionais? A verdade é que não se pode divulgar a verdade, quando essa verdade desnuda interesses escusos e comprometedores. Neste Paraná muitos profissionais têm sido afastados e muitos têm sido assassinados por não compactuarem com atos de corrupção, de desmandos, de autoridades constituídas.

Neste País se mata e fica tudo sem solução, pois os responsáveis, via de regra, são gente da sociedade com força financeira e força política. Apelamos, como outros companheiros desta Casa apelaram, ao Governador do Estado, Ney Braga, para que o Governador deixe de lado as colocações políticas e mande averiguar os fatos em Cascavel.

E um jornal de Curitiba traz aqui e apenas vamos ler o que o jornal está divulgando. Não é uma acusação nossa:

"Se eu morrer, o Prefeito é o culpado". "Um mês antes de ser ateadado fogo no jornal "Frenteira do Iguaçu", o farmacêutico Gilberto Meyer, Presidente da ARENA em Cascavel, havia ameaçado de por fogo no periódico.

Quando isto aconteceu, o farmacêutico disse que apenas ameaçara e nada tinha a ver com a concretização daquilo que ele dissera. Porém, o que se sabe é que o jornal, além de ser de franca oposição ao atual Prefeito, ainda tinha conseguido despertar antipatias, em diversas outras áreas da cidade. Antônio Heleno, entretanto, sempre avisava que caso qualquer coisa lhe ocorresse, o Prefeito deveria ser responsabilizado pessoalmente. Dias antes de sua morte chegou mesmo a confidenciar a amigos que caso viesse a morrer, amigos seus dariam o mesmo fim ao Prefeito".

Está aqui no "Diário do Paraná" de hoje. Pedimos, portanto, Sr. Presidente, em nome da imprensa paranaense que está de luto, perplexa e indignada, uma atuação do Governador do Estado exigindo do Secretário de Segurança deste Estado, que mobilize a ação, buscando desvendar, e botar na cadeia o culpado ou culpados, mesmo que sejam políticos que tenham dinheiro, porque se sabe que neste País, rico não vai para a cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrado o

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"QUERO TRAZER UM BRADO DE ALERTA AOS PARANAENSES.

NÃO QUERO QUE ACONTEÇA NO PARANÁ, O HISTÉRISMO QUE ACONTECEU EM SÃO PAULO, ONDE APARENTEMENTE UM PEQUENO GRUPO DE LATIFUNDIÁRIOS, INTERESSADOS EM MANTER BAIXOS OS NÍVEIS DE SALÁRIO RURAL, ALIADO A INTENÇÕES NÃO MUITO BEM DEFINIDAS DE INTERESSES EVIDENTEMENTE ESTRANGEIROS, CRIARAM UM CLIMA EMOCIONAL QUE TORNOU IMPOSSÍVEL A DISCUSSÃO RACIONAL DE UM PROBLEMA ECONÔMICO E SOCIAL DE ALTÍSSIMO INTERESSE PARA O BRASIL.

REFIRO-ME AO ASSUNTO BRASKRAFT. É DE SE ADMIRAR QUE UMA EMPRESA FORMADA POR BRASILEIROS QUE TRADICIONALMENTE, POR TRÊS GERAÇÕES NO PARANÁ E EM SÃO PAULO, SE TORNARAM CONHECIDOS PELA SUA DEDICAÇÃO À CAUSA DA NA-

TUREZA, DO REFLORESTAMENTO, DA PRESERVAÇÃO DAS MATAS NATURAIS E DA FAUNA, VEJAM-SE DE UM MOMENTO PARA OUTRO ROTULADOS, POR GENTE QUE NÃO POSSUI QUALIFICAÇÃO PARA TAL, DE MAL INTENCIONADOS OU DE POLUIDORES.

É UM DEVER NOSSO, TRAZER OS FATOS AO PÚBLICO, ATÉ HOJE COM SUA ATENÇÃO DESVIADA PELAS MANCHETES SUPERFICIAIS E PELOS PRONUNCIAMENTOS SEM BASE TÉCNICA.

É UM DEVER A QUE NÃO POSSO ME FURTAR, NESTE MOMENTO EM QUE O ESTADO DO PARANÁ ACEITA ESSE GRUPO DE EMPRESÁRIOS PARA TRAZER SUA INDÚSTRIA PARA O NOSSO ESTADO, DESEMPANHAR A CONFUSÃO DAS ACUSAÇÕES CRIADAS DO NADA.

EM PRIMEIRO LUGAR, QUERO DIZER QUE O PROJETO FOI APROVADO PELO CDI - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E CONTA COM A PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO BNDE -- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO O QUE MOSTRA A SUA SERIEDADE E A IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA NACIONAL.

O PROJETO BRASKRAFT PARA A FABRICAÇÃO DE PAPEL KRAFT, QUE VIRÁ MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DA REGIÃO DE SENGÉS, VAI TRAZER 500 EMPREGOS NA FÁBRICA. VAI PROMOVER 1.500 EMPREGOS DIRETOS NOS CORTES DE MADEIRA NA FLORESTA, COM TODA A ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE A LEI PREVÊ. INCENTIVAR MAIS DE 5.000 EMPREGOS INDIRETOS, EM SENGÉS E NAS CIDADES VIZINHAS, DESDE OS TRABALHOS DE INFRA-ESTRUTURA ATÉ AS INICIATIVAS PARTICULARES DE SERVIÇOS DE RESTAURANTES, MECÂNICOS, DOMÉSTICOS E TODA AQUELA GAMA DE SERVIÇOS AUXILIARES QUE SÃO O RESULTADO NORMAL DA VINDA DE UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO.

E VEM LOGO À MENTE DE TODOS, A PERGUNTA, NASCIDA DAS DISTORÇÕES DAS ACUSAÇÕES ANTERIORES. E A POLUIÇÃO? NÃO É VERDADE QUE O RIO JAGUARICATU VAI SER POLUÍDO? O PROJETO NÃO FOI RECUSADO PELA CETESB?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado, estou acompanhando com interesse o pronunciamento de Vossa Excelência, porque talvez ninguém aqui nesta Casa tenha maior autoridade em falar sobre o assunto do que Vossa Excelência, porquanto Vossa Excelência há três mandatos já representa o povo daquela terra. E Vossa Excelência vindo defender a implantação de uma indústria naquela região, é porque Vossa Excelência certamente auscultou a opinião do povo.

Não condeno, absolutamente, os Deputados que estão atemorizados com a implantação dessa indústria no Estado, com a conseqüente autorização do Governo do Estado para a sua instalação, porque realmente o problema ecológico tem sido preocupação mundial, não só dos Srs. Deputados da Oposição desta Casa, mas por aqueles todos que realmente têm um pouquinho de consciência para um problema tão sério como a preservação do meio ambiente.

Mas há uma indagação nisso tudo: Será que a Suécia que produz hoje dois terços do papel celulose em todo o mundo é um País poluído? Certamente que não. É um País saudável, onde há efetivamente mecanismos de defesa do meio ambiente. Porque que no Paraná, e a Suécia, diga-se de passagem, é um País cuja extensão territorial é menor do que a do Estado do Paraná. Porque que a instalação de uma indústria num dos pequenos municípios do Paraná está causando tanta celeuma?

Porque evidentemente os Srs. Deputados da Oposição na Casa desconhecem as medidas acautelatórias que o Governador Ney Braga está tomando com relação ao assunto.

Ainda possivelmente na tarde de hoje, farei distribuir, na qualidade de Líder do Governo, a todos os eminentes Deputados que têm assento nesta Assembléia, uma cópia do que foi feito até hoje, com relação ao problema: instalação da Indústria Braskraft - inclusive, a propalada viagem dos técnicos da SUREHMA à Suécia, efetivamente já embarcaram, mas com dinheiro dos cofres públicos, inclusive, a fonte de recursos, o decreto autorizatório, número de cheque, tudo isso, vou distribuir aos Srs. Deputados para que eles possam sentir a lisura e, acima de tudo, o patriotismo, com que está se havendo neste problema e nesta questão, o eminente Governador Ney Braga.

Porque é da sua responsabilidade promover o desenvolvimento do Estado, acabar com os bolsões de subdesenvolvidos de determinadas regiões do Paraná, entre as quais, se inclui esta, tão bem representada por Vossa Excelência. E se é da sua responsabilidade ele não pode jamais fazer ouvidos de mercador ou a proposta de uma indústria que não é multinacional como se propala, são praticamente oitenta por cento de capital nacional, que vem, que quer se instalar no Paraná, propiciando uma arrecadação anual de 1.500.000.000,00, o que vai proporcionar ao Estado uma arrecadação de ICM da ordem de Cr\$..... 300.000.000,00, suficientes para manter, por exemplo, o Poder Legislativo do Estado. Só o que a arrecadação desta indústria vai proporcionar, mantém o Poder Legislativo do Estado.

Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me deu, de abordar um assunto tão momentoso, embora reconheça a validade e até me sinto feliz de ver que os Srs. Deputados da Oposição, realmente, estão interessados em esmiuçar detidamente os projetos de instalação desta indústria no Paraná, porque estão, efetivamente, cumprindo com o seu dever, mas, não digam a Oposição que os Srs. Deputados da ARENA também não estão cumprindo com o seu, nós estamos, só que estamos no outro lado, no reverso da medalha, olhando o outro lado da questão, que também é importante para a população do Estado. Reconheço válida a posição da eminente bancada do MDB nesta Casa, como os componentes desta valorosa bancada, hão de reconhecer válida a posição do Governo do Estado e dos Deputados da ARENA, na solução final do problema.

Agradeço e me congratulo com Vossa Excelência.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Eu que agradeço a Vossa Excelência o aparte de apoio de Vossa Excelência, nobre Deputado, e como Vossa Excelência bem frisou, a Suécia, e também tem a Dinamarca e a Finlândia que produzem papel pelo Brasil todo, e que são dois países menores que o Estado do Paraná e não há poluição, dado a tecnologia avançada.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Aguinaldo, depois da explanação brilhante que Vossa Excelência vem fazendo e do aparte de nosso líder, não restaria dúvida que o fato está completamente esclarecido.

Só que para também me por ao lado de Vossa Excelência, conforme pronunciamento de ontem, dentro do esquema de nós sermos companheiros de bancada, representando a mesma região, Sengés, Jaguariaíva e adjacências, vemos neste momento que Vossa Excelência vem à tribuna para dizer ao povo do Paraná um fato muito pitoresco, porque esta mesma Braskraft, que quisera se instalar no Estado de São Paulo, essa mesma companhia que por força outras de latifundiários daquela região, não pode instalar-se na região de Angatuba, hoje temos conhecimento que todos os prefeitos daquele Vale solicitaram, ainda desta mesma companhia, homens atentos e trabalhando ao lado do povo, que queriam a instalação desta indústria, quis Deus que o Paraná, chefiado pelo ilustre Governador Ney Braga, que teve o cuidado de olhar e decretar as normas da ecologia

necessária em que concerne a instalação desta grande indústria que vem beneficiar o povo paranaense e, principalmente o povo de nossa região, como dissemos ontem. Permita-me, estou me alongando, não querendo fazer um discurso paralelo ao seu, mas quero me parabenizar com Vossa Excelência e quero dizer que de acordo com dados colhidos, aquela região de Sengés, região com muita terra fértil, mas também com muita terra inaproveitável para a lavoura, foi beneficiada com um dos maiores plantios de reflorestamento da região do Paraná, e se projetando mesmo no Brasil, tem, Sr. Deputado, como sabe Vossa Excelência, 72.000 hectares de áreas reflorestadas na região.

A indústria, como disse Vossa Excelência terá uma produção anual de Cr\$ 1.500.000.000,00. Investimento previsto é da ordem de Cr\$ 8.000.000.000,00. Isto são dados que conseguimos coligar, de fontes verídicas, fontes honestas, que não pendem nem para lá nem para cá. Fontes, que estão unicamente visando o progresso de nossa terra. Não nos admiramos, Deputado Pereira Lima, se amanhã Vossa Excelência e este Deputado que vô-lo aparteia, não foram taxados também de que estão sendo subsidiados pela Braskraft, para vir defender esta indústria. Mas a isto a nós não importa. O que importa é Vossa Excelência, é os homens de bem do Paraná. O que importa são os homens que pela passagem na política de nossa região, querem deixar a marca de seu trabalho. Querem deixar aqueles homens de mãos calosas que hoje estão sendo dirigidos por este timoneiro que é Ney Braga, queremos deixar apenas a nossa passagem e dizer aos nossos amigos, e à posteridade:— passamos por aqui com o dever cumprido.

Meus parabéns, Deputado Aguinaldo, meus parabéns a Vossa Excelência, meus parabéns a Vossa Excelência que vem trazer a esta Casa de Leis, fatos concretos e fatos que Vossa Excelência é testemunha e nós dentro de nossa humildade também temos conhecimento.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA -- Agradeço o aparte também, como representante do Norte Pioneiro, nobre Deputado.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Deputado Aguinaldo Pereira Lima, não pretendo entrar no mérito do pronunciamento de Vossa Excelência. É que queria apenas, com relação ao problema de poluição que receio que exista na instalação dessa empresa, na sua região, queria lembrar o problema que existe no Município de Palmeira, com relação a poluição do Rio Tibagi, pela CELTA. No início já denunciávamos que aquela empresa estava poluindo as águas do rio. E pedíamos providências às autoridades estaduais e foram feitas sindicâncias pelo Departamento de Recursos Hídricos e junto àquela empresa foram feitas gestões para regularizar a situação com relação a lixívia negra que era despejada nas águas. Promessas e mais promessas foram feitas por aquela empresa e todo mundo acreditou que realmente a empresa iria cumprir com aquilo que prometera, de sanar o problema, e não poluir mais as águas do rio.

Entretanto, está lá o problema: as águas totalmente poluídas não existe mais peixe, dá pena de ver, a morte daquele grande rio. E, ninguém mais fala sobre o assunto. E nós queríamos então, na oportunidade, não entrando no mérito do problema da região de Vossa Excelência, mas para que as autoridades se precavenham contra as promessas que são feitas por esses grupos, que visam apenas o lucro, não importa os meios que se utilizam para chegar aos fins a que desejam.

Era esta a colocação que queria fazer em relação ao pronunciamento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, tenho a honra de juntamente com Vossa Exce-

lência representar a região Norte pioneira nesta Casa. E apesar do Partido da Situação estar sentindo que o MDB está contra a instalação da Braskraft, acho que está havendo um engano. Nós estamos contra e seremos sempre contra as indústrias que irão poluir nossos rios e que irão afetar a nossa ecologia.

Na Suécia, na Finlândia, os materiais usados, os materiais anti-poluentes usados, são da mais alta tecnologia, da tecnologia mais avançada. E nós não sabemos porque até hoje não foi dada informação a estes Deputados, qual é o material anti-polvente, que a Braskraft vai usar.

E para esse fim, mais de 40 Prefeitos da região do Vale do Paranapanema, que organizaram a sociedade de defesa de ecologia e do meio ambiente, no Vale do Paranapanema estarão reunidos na Cidade de Santo Antônio da Platina, amanhã, apresentando todo material anti-polvente usado pela Braskraft que eles têm conhecimento, e lá, naquela reunião, vai ser analisado se esses materiais funcionam ou não, porque nós temos que garantir, antes da instalação da Braskraft, porque após a sua instalação, eles podem dar 500 ou 1.000 empregos, mas podem causar prejuízos bem maiores à natureza.

Então, gostaria que os Deputados da ARENA, que representam região, para não criar um problema, mais tarde, aos nossos filhos e netos, voltem os olhos para o problema do futuro, e não resolver o problema do presente.

Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Um momento, nobre Deputado.

Nobre Deputado, o que posso garantir a Vossa Excelência é que não venho a esta tribuna com leviandade, venho com seriedade. E este projeto da Braskraft, é um projeto para 1.985 nos Estados Unidos. É um projeto ultra-moderno. E Vossa Excelência sabe que todos os Prefeitos da micro-região do Norte Pioneiro, desde Sengés a Bandeirantes assinaram o manifesto, pedindo a instalação dessa indústria, para o desenvolvimento de nossa região, e ainda mais, Vossa Excelência também sabe que amanhã haverá uma reunião da micro-região de Ribeirão Claro, onde os Prefeitos estão coesos em torno da instalação dessa indústria para a nossa região.

É um projeto moderníssimo, e o Governador Ney Braga, que dirige os destinos de nosso Estado, um paranaense que acredito nele, é o homem que determinou através do Art. 331 de 23.4.1979, que esta indústria não será instalada, se não for dentro das exigências que a lei permite.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — E é isso que nós queremos, nobre Deputado.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — E além do mais, além dos Prefeitos, eu, o nobre Deputado Gabriel Manoel, Deputado Palácios, Deputado Basílio Zanússo, que represente também o Município de Arapoti, todos nós assinamos esse manifesto, e posso falar à vontade, que sou um homem que nunca pertenci, não pertenco e jamais pertencerei a grupos. Sou um homem modesto e nunca pertenci às altas rodas sociais, não tenho interesse pessoal nenhum, apenas o interesse da região do Norte Pioneiro, a nossa região, tão carente de uma indústria como essa para empregos, e que carrega divisas para a nossa região.

É este o nosso ponto de vista, e, como bem disse em seu aparte o nobre Deputado Gabriel Manoel, já temos na região de Sengés e Jaguariaíva o reflorestamento de mais de 72.000 hectares, já com esta finalidade, e que teremos, no futuro também, a PARANÁ-PRÍNCIPE em Jaguariaíva.

O nosso interesse é apenas pela região do Norte Pioneiro, em benefício do nosso povo e de nossa gente.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado, eu o aparteio, porque fui um daqueles que, com Vossa Excelência, o Deputado Gabriel Manoel, assinei o manifesto em favor da instalação daquela

indústria.

E, quando fiz o aparte, a minha intenção era exatamente esclarecer alguns pontos e, num dos quais, o principal deles, Vossa Excelência já esclareceu na resposta que deu ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, de que hoje o projeto que se pretende implantar, é realmente moderníssimo. E queria apenas lembrar que, quando assinei aquele manifesto, estava consciente do que estava assinando, porque tinha conhecimento que, na primeira investida da Braskraft para se instalar no Vale do Paranapanema, do lado de São Paulo, na faixa fronteira, houve uma manifestação contrária.

Todavia, após a reformulação do projeto de engenharia, após a verificação pela CESTEBE de que, com esse projeto não haveria a poluição da forma que se anunciava, os próprios Prefeitos do Vale do Paranapanema, da região Sorocabana, assinaram documentos solicitando a instalação da Braskraft. Posição exatamente contrária daquela que, em primeira mão, eles haviam tomado.

Daquela região, somente um Prefeito não concordou, o de Itaporanga, não concordou, mas se colocava numa posição neutra, justificando que não tinha conhecimento exato das modificações que tinham havido no projeto.

Os demais Prefeitos assinaram aquele Manifesto. Inclusive, tenho cópia dele e poderei fornecer a Vossa Excelência ou a qualquer outro Parlamentar que o deseje.

E nós jamais iríamos votar, ou assinar, alguma coisa em favor da poluição. Mas, após termos conhecimento de que aquele projeto evitaria a poluição e que, também, traria grandes benefícios ao Norte Pioneiro, o qual temos a honra de representá-lo parcialmente, é que, essa grande luta de industrialização daquela região, não poderíamos deixar de dar nosso apoio a esse projeto.

Felicito-me com o Deputado Tadeu Lúcio Machado que, ao final de seu pronunciamento, diz que não era contra a instalação daquela indústria, mas sim, contra os possíveis resultados poluidores que ela viria trazer. Tão logo ele tenha conhecimento que aquele projeto não trará aqueles malefícios, concordará.

Obrigado

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

“Não temos medo dessas perguntas porque temos todas as respostas. E temos as respostas documentadas.

As acusações inventadas que jamais foram provadas temos conosco a Carta-Consulta que a Braskraft entregou ao nosso Governador e que são estabelecidas as garantias do Meio-Ambiente. Essas garantias são calçadas em padrões, que mesmo em países superdesenvolvidos, como os Estados Unidos, serão exigidas, a partir do ano de 1.985.

Nas fábricas novas, as características do Projeto Braskraft Paraná foram vistas e revistas, por autoridades internacionais que o pronunciaram totalmente seguro. Entre estas, uma entidade americana, o Conselho da Indústria do Papel para a Melhoria do Ar e das Águas.

Uma entidade de alta fiscalização da indústria papelreira que declarou estar o projeto dentro dos padrões exigidos, mesmo para as áreas mais críticas ou mais populosas.

O projeto foi considerado excelente pelo Presidente do SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, órgão do Ministério do Interior, responsável pelo controle de toda a poluição em todo o Brasil. Em carta enviada ao Governador Ney Braga, foi aprovada a sua parte gasosa pela CESTEBE que depois solicitou algumas alterações, mas jamais o condenou. Apenas até hoje não se pronunciou.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Lamento interromper Vossa Excelência, mas, desejo colocar um outro posicionamento que não foi abordado ainda: ainda ontem, tive oportunidade de conversar

com o Presidente da SUREHMA e de fazer o convite em nome da CPI de Ecologia para que o mesmo venha depor nessa Comissão, não exclusivamente sobre esse problema, mas toda a poluição que afeta o Paraná, hoje.

Agora, é de se alertar aqui também, que não é somente a Braskraft uma indústria poluidora que irá se instalar no Paraná. Existem 42 projetos de Distilarias de Alcool, altamente poluentes que já estão se instalando no Paraná.

E não ouvi ainda nenhuma voz preocupada com o problema da poluição dessas distilarias, exatamente pela produção do vinho.

Mas, ao que se refere ao papel de celulose, o que se tem de observar, é que não se permita, de forma nenhuma, instalação de indústria nos moldes que mantém o Grupo Trombini na Cidade de Palmeira, e muito menos, o que mantém o próprio Grupo Klabin em Telêmaco Borba, pois realmente são indústrias criminosas que estão matando não somente a natureza mas a própria população dessas regiões. Aí sim, deverá se tomar conhecimento. Mas concordo plenamente com Vossa Excelência. Se a indústria, se esses países que realmente são responsáveis pela venda de mais de cinquenta por cento de todo o papel imprensa que o Brasil consome, nós hoje não produzimos nem papel para a nossa imprensa. Talvez o que a gente possa observar é até interesse de outros países, produtores de papéis, que tem interesse da não instalação de indústrias semelhantes no Brasil, porque eles vão deixar de ser vendedores de papel, vão perder o mercado brasileiro.

Congratulo-me com Vossa Excelência e realmente, a mesma preocupação que tem Vossa Excelência que tem toda esta Casa, porque o que nós queremos realmente é uma indústria que não traga perigo de poluição.

Se esta, através da tecnologia que será não mostrada aos Prefeitos ou aos Deputados, porque nós somos leigos no assunto, mas nós temos que acreditar na SUREHMA do Estado do Paraná, que é o órgão técnico, e que inclusive está enviando técnicos a outros países numa ação realmente interessante, para que esses técnicos possam conhecer a tecnologia de outras indústrias, em outros países, para fazer uma comparação de instalação no Estado do Paraná.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — “Além disso, aqui no Paraná, o projeto da Braskraft terá características próprias de um novo projeto, pois terá que se adaptar ao decreto do Governador que exige a captação da água, seja feita abaixo do local em que lançar seus influentes.

Em São Paulo, o projeto era para 600 toneladas/dia, ampliável para 1.000 toneladas e no Paraná, será de 400 toneladas/dia. Ainda mais, o projeto ao ser elaborado, deverá levar em consideração, o tratamento dos esgotos domésticos do Município de Sengés, e localizar-se a uma distância mínima de 500 metros do Rio Jaguaricatú, conforme recomendação da CEMA também no que diz respeito ao uso do combustível, o projeto será diferente para adequar-se à realidade presente.

Como se vê, são tantas as diferenças entre o projeto de São Paulo e o que será elaborado pelo Paraná, que não há como confundí-los.

O projeto da Braskraft, por ser de economia de escala, permite utilizar técnicas que foram desenvolvidas há muito pouco tempo, como a da caldeira de recuperação, que ao invés de permitir o despejo das substâncias químicas, da linina, aquilo que é chamado de liscívia negra, utiliza técnicas que não somente recuperam todas aquelas substâncias para sua reutilização, como utiliza também os refugos de madeira como combustível, economizando quase a metade do que necessitaria em termos de energia.

Suprimir as necessidades da fábrica. Falando de energia, que é a grande preocupação dos brasileiros, o projeto Braskraft já levou em consideração os objetivos do Governo Federal, de

procurar soluções alternativas.

A Braskraft utilizará seis por cento, praticamente, 1/20 apenas do que seria necessário para uma indústria do mesmo porte que utilizasse óleo importado. Isso foi conseguido pela utilização da lixívia, que indústrias com tecnologia convencional mais antiga, jogam fora, às vezes, poluindo as águas próximas.

Foi conseguido, utilizando também como combustível as cascas, a lenha, especialmente plantados para tal fim, e com isso conseguiu não somente viabilizar economicamente todo o controle ambiental, como também resolver um problema de alto interesse para o Brasil.

O Sr. Edilson Alencar — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Acompanho com bastante atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, mas no nosso modesto entendimento, acredito, nobre Deputado, que o Governo paranaense procura apunhalar pelas costas os apaixonados defensores da natureza, ao querer aliciar a Braskraft para Sengés. Estamos perfeitamente conscientes quando falamos em apunhalamento, isto porque o Jaguaricatu é afluente do Itararé, um dos formadores do Paranapanema, através da represa de Xavantes, que ficará totalmente poluída com gravíssimos danos à fauna e à flora aquáticas.

O Paraná, Sr. Deputado, já possui dolorosa experiência no que concerne a contaminação de suas águas por motivo do fabrico do papel e celulose. O Rio Cachoeirinha, afluente do Cinzas e Rio Tibagi estão pagando pesado ônus em virtude do funcionamento da fábrica de papel e celulose em Arapoti, em Palmeira e em Telêmaco Borba. Houve já, nobre Deputado, denúncias de que as empresas multinacionais, sob o pretexto de ajudar o progresso econômico dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, estão instalando nestas as indústrias poluentes que não desejam e não instalam em seus próprios países.

Razão pela qual, a nossa repulsa a este ato parece-me que diabólico do Governo do Estado ao permitir a instalação desta indústria Braskraft em Sengés, ao menos que esta empresa prove ao Paraná, prove à região pioneira deste Estado. Porque nós lá estivemos, nobre Deputado, juntamente com o Deputado Tadeu Lúcio Machado, verificando e ouvindo a população daquela região, e vimos o descontentamento, o temor, o medo da população, não de Sengés, que talvez esperando 500 empregos para o seu povo, esquece do grande prejuízo que advirá no futuro.

Portanto, encerrando, nobre Deputado, eu digo a Vossa Excelência que mais vale a saúde, o bem estar dos brasileiros, do que a destruição sumária dos nossos ninhos ecológicos para o enriquecimento de multinacionais.

Muito obrigado.

O SR. AGUINALDO P. LIMA — “Para ter uma idéia do que isto significa em números, a economia conseguida pela Braskraft, por ano, apenas pela utilização dos produtos químicos reciclados e pela utilização da lixívia negra como combustível representa uma economia de 28 milhões de dólares, ou sejam, quase 800 milhões de cruzeiros cada ano.

Vamos pensar um pouco, meus Senhores, quem de são consciência jogaria fora no rio, 800 milhões de cruzeiros somente para poluir um rio? Este pensamento só pode ocorrer em cabeça de maus brasileiros, dos que se intitulam defensores da ecologia, nas na realidade são apenas defensores dos mesquinhos interesses. Contra esta lógica, não pode existir argumentos.

Vamos trabalhar pelo Paraná, vamos ser realistas e não vamos amedrontar pela confusão criada. Vamos dar boas vindas às boas indústrias”.

Respondendo o seu aparte, nobre Deputado Edilson Alencar, eu estranho, porque me lembro que quando se cogitava da vinda do polo petroquímico para o Rio Grande do Sul, Vossa Excelência fez pronunciamento veemente, mas talvez porque sabia que já estava com destino certo para o Rio Grande do Sul.

Se viesse para o Paraná, naturalmente Vossa Excelência seria contra. Porque, uma fábrica como essa, já disse a Vossa Excelência, que não somos levianos, não estamos aqui para vir com levandades; uma fábrica como essa, um projeto avançadíssimo, o Rio Jaguaricatu, é o rio de 4ª categoria, 4ª classe, e com a instalação dessa fábrica, ele virá à 2ª categoria.

Pela tecnologia da fábrica, porque os resíduos produzidos pela matéria prima e pelos produtos químicos retornam novamente às caldeiras para funcionarem a fábrica. E eu não acredito que o Governador Ney Braga, um paranaense do quilate dele, só mesmo com a voz de Vossa Excelência, que é da Oposição, um homem que tem dado não só ao Paraná como ao Brasil, venha a apunhalar os paranaenses pelas costas. Naturalmente, e Renato Johnsson também, na direção da Secretaria do Interior, que consultou todos os órgãos, inclusive a CEMA, um homem que foi diretor da TELEPAR, que levou telefone a todos os municípios do Paraná, inclusive a distritos, a seriedade e o seu passado, dá para acreditarmos naquilo que está proposto para a instalação desta fábrica, dentro de um regulamento, dentro de leis, e dentro das exigências que a situação requer, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Encerrado o Grande Expediente.

No horário reservado à Liderança da ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos assuntos para a economia do Paraná, hoje, mais sério, e que tanto representou para o nosso Estado e que deu ao nosso Estado uma representação nacional realmente extraordinária, sem dúvida nenhuma, foi o café.

O café como alternativa de ocupação de mão-de-obra rural, sem dúvida nenhuma é o tipo de cultura que mais fixa o homem rural ao campo, principalmente os empregados, e nós realizamos um trabalho em que fará parte de um outro pronunciamento que faremos nesta Casa que, se aprovado, deverá ser encaminhado às autoridades competentes, solicitando uma revisão total da política cafeeira, notadamente para o Estado do Paraná. **(Lê):**

“A cultura do café que se aloca nos centros mais desenvolvidos, tem recebido maiores atenções da política agrícola do País. Embora seja um dos produtos mais relevantes como fontes de divisas da Nação, os problemas sociais oriundos do café são muito grandes, por ser uma cultura que ocupa mão-de-obra em abundância. Qualquer abalo no parque cafeeiro altera a quantidade demandada por mão-de-obra.

A população cafeeira do Estado atingiu o seu ponto mais alto em 63, decrescendo sensivelmente deste então (quadro 1), em razão direta dos programas de erradicação (foi criado o GERCA — Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura, 1961), e da intensa seca verificada nos Estados de São Paulo e Paraná, além da geada ocorrida no mesmo ano (quadro 2), de 1963/67, o parque cafeeiro do Estado diminuiu em 470.718.000 covas, o que significa uma liberação de cerca de 235 mil pessoas (mais ou menos um homem para 2.000 covas) durante o período. Há uma citação no trabalho desenvolvido pelo IPARDES “O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná” - volume I, de que houve uma liberação de cerca de 58.000 famílias, ou 290 mil pessoas, no período de 62 a 67.

Atualmente o Parque Cafeeiro Estadual conta com 835.311 mil covas (dados do IBC para 78), o que representa a ocupação de cerca de 420.000 trabalhadores. Desse total, os trabalhadores volantes representam aproximadamente 70 por cento. Os restantes, 30 por cento. O fenômeno da liberação da mão-de-obra, via diminuição do parque cafeeiro, não é somente um fenômeno local, mas nacional (em nível nacional o parque

cafeeiro diminuiu quase 50 por cento.

Enquanto nós tivemos o clímax da cafeicultura do Paraná em 1963, com 1 bilhão, 316 milhões e 418 mil pés de café, hoje temos 835 milhões de pés.

O que deve ser levado em consideração aqui também, é que nós alcançamos, nos anos 60/64, em que variou em quase 1 bilhão e 300 milhões de pés de café, de que o café, antigamente, era plantado por cova de 4 ou 6 mudas. Então, se tínhamos naquela época 1 bilhão e 300 e tantos milhões de pés, na realidade poder-se-ia multiplicar por 4 ou 6, que era uma cova do pé de café. Hoje, temos 835 milhões, mas um sistema em que o próprio IBC denominou de Sistema "Renque", em que se planta em linha de dois em dois pés. Nós não teríamos então, em comparação com os anos de 62 e 63, 835 milhões de pés, mas na realidade, não ultrapassaria a 400 milhões de pés de café.

Por outro lado, se justifica ou se tenta justificar, pelo próprio GERCA, pelo próprio IBC, de que as secas no Paraná, ou as geadas são as causas principais da não motivação do plantio ou da continuidade de plantio de cafezais no Paraná. Se analisarmos os mapas de 20 anos atrás, inclusive nesses 60/64, que foi o grande clímax da cafeicultura, vamos verificar que secas e geadas normalmente tiveram os mesmos efeitos. Então, não se justifica.

O que justifica realmente a diminuição dos cafeeiros hoje no Paraná, é o preço desestimulante, com outras culturas com preços até mais estimulantes, é o confisco cambial, em que se elevou agora para 142 dólares por saca de café; quer dizer, um absurdo, um verdadeiro assalto à mão armada no bolso do cafeicultor, que é quem, tendo um sócio sem nem comparecer na lavoura, ou muitas vezes, quando comparece com financiamentos a quem, e com preços muito a quem da realidade, ainda entra de sócio, para levar a maior parte do bolo.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Lázaro Dumont, ouço com atenção muito grande o pronunciamento de Vossa Excelência, e também com uma satisfação redobrada, porque, este período de 63 a 67, deve ser analisado cientificamente para que nós, paranaenses, possamos entender o verdadeiro crime de depauperização das nossas riquezas, que foi cometido contra a agricultura do Paraná e contra a nossa cafeicultura. Quem não se lembra dos anos de 65 a 66, quando o Governo Federal pagava incentivos para a erradicação dos nossos cafezais?

Todos nós sabemos que o Paraná foi construído em cima e a partir das lavouras de café. Hoje, entretanto, nós sentimos claramente que há um complô nacional e internacional contra a cafeicultura paranaense. E o grande aliado desse complô, infelizmente, é o próprio Governo brasileiro, que através de um confisco cambial injustificado, e como Vossa Excelência muito bem diz, um assalto à mão armada, levando de cada saca de café, 142 dólares, perto de 4.000 cruzeiros, fazendo com que o Governo brasileiro seja um sócio privilegiado da agricultura paranaense.

E além do mais, Deputado Lázaro Dumont, isto representa o esvaziamento das nossas lavouras, dos nossos campos; representa problemas sociais seríssimos, para a nossa gente, e, acima de tudo, representa também uma quebra violenta para os cofres do Estado do Paraná, que não vê um centavo sequer do ICM ou de qualquer tributação sobre os 142 dólares que o Governo Federal arranca, a título de confisco cambial de cada saca de café. Apenas o ICM do confisco cambial do café no Paraná, numa safra de boa a excelente, poderia representar quase que a dobragem do orçamento estadual do Estado do Paraná.

Parabenizo-me e me solidarizo com Vossa Excelência.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

"O fim do declínio da lavoura cafeeira nos últimos anos da década de 60, coincide com o surgimento de uma nova men-

talidade agrícola no Estado, estimulada pela crescente importância dos produtos com excesso ao mercado exterior, ou a ele relacionado (caso da soja e do trigo). Aliada à modernização da cafeicultura, a ascensão da lavoura mecanizada representou o principal fator liberador da mão-de-obra, e essa ascensão foi amplamente favorecida pelo modelo econômico-agrícola implantado no País. Nesse sentido, o instrumento creditício exerce a função alimentadora do modelo, favorecendo as grandes culturas e restringindo as de subsistência, via burocratização bancária.

Para se ter uma idéia, em 1970, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, existiam no Paraná 17.258 tratores e não se fazia nenhuma menção da existência de máquinas colhedoras. No entanto, em 1978, possuíamos 80.116 tratores e 12.895 colhedoras, de acordo com os prognósticos agropecuários do Paraná 1977/78, da Secretaria da Agricultura e IBGE.

Contudo, a perda de posição dessas categorias iniciou-se bem antes de 1970, perdurando até os dias de hoje. Estimase que 250.000 famílias tenham perdido seu campo de trabalho em todo o Estado, o que significa uma liberação de cerca de 625.000 forças de trabalho. Além disso, com o processo de concentração de propriedades, o Estado, que em 1972 tinha 370.000 estabelecimentos considerados minifúndios, conta atualmente com 320.000 minifúndios, conforme dados do próprio INCRA. Houve ainda, o avanço de áreas de pastagem, principalmente na região noroeste do Estado, deslocando a cultura do café que entrava em decadência, em razão do tipo de solo.

Com o avanço da moderna agricultura, houve, naturalmente, a diminuição de diferentes categorias de trabalhadores. Conforme a "Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário", de 1975, só no período 1970/75, tivemos uma diminuição de 122.937 parceiros; em 70, para 82.880 em 1975, saindo aqui 40.057 arrendatários, um número de 68.741 em 1970, para 51.271 em 1975, uma diferença de 17.000; ocupantes de 50.048 em 1970, e 46.000 em 1975, com mais de 3.000 de diferença, com um total, só nesta faixa, de 60.704 famílias de trabalhadores rurais.

Do exposto, deduz-se que de 1972 para cá, cerca de 50.000 pequenos proprietários tenham deixado de existir, liberando um total aproximado de 375.000 forças de trabalho em todo o Estado.

A mão-de-bra liberada ao longo do período, desde a época da erradicação do café até os dias de hoje, perfazem um total superior a 1.235.000 pessoas, população esta que, sem incluir aqueles que alcançaram a faixa dos "economicamente ativos", se distribuem em formas de bóias-frias e favelados e que aumentam a cada dia que passa.

Srs. Deputados, o principal objetivo deste trabalho que nós realizamos foi, e pelo menos temos agora uma esperança de que alguma luz se acenda e possa clarear o novo Ministro do Planejamento, e que ele queime ou de qualquer outro fim, aqueles projetos mirabolosos de programas econômicos que se instituíram neste País e realmente volte não somente ao pequeno agricultor ou ao trabalhador rural, mas também àquele pequeno comerciante, ao pequeno industrial, àqueles que, em todas as faixas da economia brasileira, pequena ou média, vêm sofrendo uma política econômica altamente concentrada e com visíveis privilégios a grandes grupos econômicos tão somente".

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Essa, nobre Deputado, é a preocupação de todos nós.

Há poucos dias, ocupava a tribuna, quando encaminhava um requerimento apresentado pelo Deputado Renato Bueno, pedindo antecipação do preço para setembro.

Vossa Excelência está levantando um tema muito importante, porque o café, na realidade, é a cultura que oferece maior

número de mão-de-obra no interior.

Vossa Excelência conhece o grande número de famílias que deixaram o interior vindo para os grandes centros. O êxodo rural é visto a olho nu.

Vi, num jornal do Estado de São Paulo, que o confisco cambial do café visava manter elevado o preço do mesmo. Dava a entender que o Governo pretendia que o nosso consumo interno tivesse um preço mais acessível. Mas, não é exato.

Estou preparando um pronunciamento para trazer à Casa, do absurdo do confisco cambial que é muito elevado e as torrefações ganham até quarenta e seis por cento. Então, o consumidor está sendo lesado, o produtor está sendo lesado. Mas, o que está sendo beneficiado também, são os contrabandistas. Presume-se que, nesses últimos seis meses, o contrabando para o Paraguai foi de 1.500.000. Mais de duzentos por cento de lucro conseguiram esses contrabandistas.

É preciso que o Presidente do IBC leve em conta esse aspecto e procure examinar com os Ministérios do Planejamento e da Indústria e do Comércio, o problema, e ponha um parafuso, dê melhor assistência, melhor preço ao café. Porque, com melhor preço, nosso produtor não precisa nem de financiamento; se tiver o preço justo, o produtor terá condições de renovar a lavoura cafeeira e oferecer mais mão-de-obra, no interior.

Cumprimento Vossa Excelência, nobre Deputado, pelo pronunciamento que faz.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela feliz e brilhante matéria que Vossa Excelência está abordando dessa tribuna.

Gostaria até que as autoridades responsáveis pela economia, pela comercialização da cafeicultura brasileira, tomassem conhecimento dos dados que Vossa Excelência aborda da tribuna.

Mas, infelizmente, desde a criação do Instituto Brasileiro do Café, essa economia que tanto contribuiu para o progresso, para a grandeza da economia brasileira, teve toda a ordem de dificuldades para produção e comercialização do nosso principal produto de exportação.

O Brasil que já teve um estoque satisfatório para atender e manter a comercialização externa, não tem, hoje, mais estoque para nossa manutenção, para o consumo interno.

Só vejo, Sr. Deputado, duas condições para que a cafeicultura amenize o seu sofrimento: extinção total do Instituto Brasileiro do Café e o desaparecimento deste confisco que é um desastre para a nossa economia. Hoje, o cafeicultor que está comercializando o seu produto, na faixa de Cr\$ 2.800,00 a Cr\$ 3.000,00 a saca, o Governo, com o confisco, ICM e etc., fica com aproximadamente Cr\$ 4.200,00. Isto não entusiasma, não alegra nem contenta nenhum produtor.

Eram estas as considerações que eu queria fazer, Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Deputado, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta ao Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — Usará a palavra, em nome da Liderança, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Achamos que é necessária a valorização permanente do homem político, em virtude da sua sensibilidade ante o problema do povo. Há setores, porém, em que é imprescindível o concurso dos técnicos, dos que entendem dos assuntos com eles relacionados. Caso típico é o da Assistência e da Previdência Social, suficientemente amplo e complexo para ser tratado emocio-

nalmente, ou de acordo com o jogo de interesses políticos.

A Nação assistiu, estarecida, o Ministro Jair Soares convocar as bancadas do seu partido, em cada Estado, a fim de distribuir entre elas, com a benemerência de um Sultão, os cargos regionais do seu Ministério.

Não sabemos se esse gesto visou apenas o prestigiamento do homem político, ou se faz parte do jogo de xadrez da sucessão do Presidente João Figueiredo. Cada Ministro de Estado, com ou sem auto-crítica, já é candidato — embora de si mesmo — à Presidência da República. Ao que a imprensa tem deixado extravazar, o Ministro Jair Soares, tem sido igual a macaco em casa de louças, dentro do Ministério da Previdência Social.

Não será então de admirar-se, que também por macaquice, esteja a imitar os outros, e pretenda o apoio das bancadas arnistas à sua candidatura, em troca do leilão de cargos que anda fazendo.

A consequência da condenável barganha está sendo o desmantelamento do INPS, do INAMPS e do IAPAS, como instituições, e quem perde com isso é sempre o povo, o indefeso segurado.

Eram crônicas, as queixas contra o mau funcionamento dos serviços assistenciais do INPS. Com o surgimento do INAMPS a parte médico-hospitalar e odontológica ficou ao encargo deste, e supunha-se que a intenção era a de mais pronto e de mais eficiente atendimento. Tornava-se visível o esforço do corpo de pessoal no sentido da assimilação da nova filosofia em benefício da coletividade.

Mas, o Ministro Jair Soares estancou esse fluxo ao promover a derrubada geral no País, para apresentar pessoas inteiramente jejunas em matéria previdenciária, pouco se importando com o acúmulo crescente de processos nas mesas e com a deteriorização no atendimento ao público.

No Paraná, a situação não é diferente. Aqui, como em todo o País, os gabinetes dos apadrinhados dirigentes regionais dos Institutos, ao invés de receberem as partes necessitadas de informações, vivem repletos de cabos eleitorais, porque esses dirigentes regionais aí estão simplesmente de passagem, preocupados tão somente em reaverem os mandatos eletivos perdidos nas urnas de 1978. À custa de favores, em detrimento dos contribuintes, estão arregimentando desde já, os cabos eleitorais.

A situação interna nos Institutos é tão caótica que o funcionalismo não mais se entende, e fica sem ter o que informar às partes, irritadas pela lentidão no andamento dos processos, lentidão que lhes causa visíveis prejuízos materiais. O funcionalismo não tem culpa. Os processos param nas mesas dos secretários e do superintendente. E os funcionários dos gabinetes não podem movimentá-los, por não poderem despachar com os respectivos titulares, voltados unicamente para a política e ignorantes de que, em certos casos, há prazos improrrogáveis a atender. A perda de prazos prejudica as partes e os Institutos, além de tumultuar ainda mais os serviços.

Não satisfeito com a desorganização e a balbúrdia, o Sr. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente Regional do INPS, por exemplo, se compraz em perseguir por política, pessoas humildes e indefesas no interior do Estado. Não quer saber das dolorosas consequências dessa perseguição, desde que mais um "chefete" local se passe para o seu lado, esquecido de que a adesão monetânea é um engodo, porque em época de campanha eleitoral, o "chefete" há de ter outras preferências, que não pelo Sr. Cleverson Marinho Teixeira.

Temos um caso concreto de injustiças, para comprovar a nossa asertiva.

O Sr. Conrado Álvaro Penafiel, foi credenciado como representante do INPS em Ubatã, em 1971, sob a jurisdição da Agência respectiva de Maringá.

Convém lembrar que, naquela época, o representante tinha de ir ao menos uma vez por semana a Maringá, perfazendo

200 quilômetros de ida e 200 quilômetros de volta em estrada de barro, a enfrentar a poeira que tudo encobria, ou a lama que aumentava os riscos, pelo que nem sempre era certa a chegada no destino.

Tão consciente e cuidadoso foi o desmpenho, que o Sr. Conrado Álvaro Penafiel recebeu, com data de 16 de setembro de 1973 carta do Agente do INPS de Maringá, da comunicação da transferência de jurisdição para a recém-instalada Agência de Campo Mourão, com seguinte e significativo final:

"Cumpre-me agradecer a valiosa e inestimável colaboração recebida durante o período em que sua Representação esteve subordinada a esta Agência".

Eleito vereador em Ubatã, em 1976, e impedido legalmente de continuar como representante do INPS, criou-se uma sociedade civil, sob a razão de Escritório Contábil Penafiel, tendo como sócios a esposa do Sr. Conrado, Senhora Maria Aparecida Duin Penafiel e o Sr. Orlando Duin Filho, executante da representação.

A prestação de serviços continuou com a mesma eficiência e com a mesma correção, para satisfação de quantos dependem dos benefícios do INPS.

Acontece, que o atual Deputado Federal Roberto Galvani, cismou em contemplar um funcionário da Prefeitura de Ubatã, de nome João Evangelista, mais conhecido na cidade pela alcunha de "Chico da Brahma", também 1.º suplente de vereador. O Parlamentar, segundo voz corrente em Ubatã, movido por interesse pessoal, pretende substituir, na representação do INPS, naquela cidade, o Escritório Contábil Penafiel pela esposa do "Chico da Brahma".

Sem levar em conta os longos anos de bons serviços prestados, e talvez ignorando que o casal Penafiel possui dez filhos, cujo sustento depende da representação do INPS, o Sr. Cleverson Marinho Teixeira se apressou em atender aos interesses mesquinhos de Roberto Galvani.

Assim pois, com data de 10 de julho último, enviou ao Sr. Orlando Duin Filho, cunhado do Sr. Orlando Álvaro Penafiel o ofício de número 614-000.0/37/79, comunicando que "este Instituto denuncia o contrato de locação de serviços, firmado em 05 de outubro de 1977, entre o extinto INPS e a sua firma, com base na cláusula 9ª, letra A, do citado contrato". E o prazo de 60 dias para término do contrato, está correndo a partir da data do recebimento, pelo destinatário, do referido ofício.

O Sr. Roberto Galvani deu uma demonstração de prestígio político. Em compensação, o Sr. Cleverson Marinho Teixeira, que deveria ser mais humano e, sobretudo, mais cioso pelo bom funcionamento dos serviços do INPS em Ubatã, conseguiu levar o desgosto ao casal Penafiel e aos seus dez filhos, como conseguiu descontentar todos quantos vinham sendo assistidos pelo representante credenciado do INPS em Ubatã.

O golpe baixo revoltou a população. E o nome do Sr. Cleverson Marinho Teixeira, agora, está associado ao do Sr. Roberto Galvani, nas investidas e nas pragas do povo.

Seria mais justa e mais humana, a reconsideração da rescisão do contrato de representação, mesmo porque, política de ódio e de perseguição leva o povo à desforra, com a negação, aos algozes, do voto nas urnas".

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado.

Estamos atentos à sua alocação, mas só não concordamos em alguns pontos quando diz Vossa Excelência que os homens que se filiam ao INPS do Paraná e do Brasil, fazem barganha.

Perguntaria a Vossa Excelência qual seria a barganha que faria o candidato suplente de Deputado Federal Cleverson Teixeira com o Deputado atual, Roberto Galvani.

Que proveito ele tiraria? Porque Vossa Excelência, no começo do seu discurso, diz que o Dr. Cleverson só dá empregos em empregos visando política, visando benefícios de

sua futura candidatura. E sendo os dois, um Deputado Federal, o outro suplente e ambos candidatos à reeleição futuramente, qual seria então a intenção do Deputado Cleverson Teixeira em ferir um funcionário do INPS para se beneficiar, sendo como Vossa Excelência confessou, que o homem da Brahma é cabo eleitoral do Deputado Galvani?

Por isso, não estou vendo razões para que Vossa Excelência faça tempestade num copo d'água, porque o titular, Vossa Excelência abanou de confessar, está querendomontar uma firma para pegar esse serviço que poderia ser para outro também. E essa outra pessoa, que é o "Chico da Brahma", é pobre como é pobre o atual titular do INPS em Ubatã.

Eu não tenho nada com a sua região, mas não posso vê-lo atacar homens ilustres, companheiros nossos, como o Deputado Roberto Galvani e como o Deputado Cleverson Teixeira, que é seu amigo particular, e Vossa Excelência não tem esse direito. E se tem, não deveria usá-lo dessa tribuna. Poderia ir à Previdência Social e resolver o problema lá, com ele.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Nobre Deputado, responderei o aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão.

O SR. EDILSON ALENCAR — Concluirei, Sr. Presidente.

O fato que argumentamos agora, não é isolado no Paraná. Em diversos, acho que em centenas de municípios, o fato ocorre. Em Assis Chateaubriand, o Sr. Cleverson Teixeira, à solicitação do Deputado Roberto Galvani, tentou fazer a mesma coisa com os representantes do INPS. Homens íntegros, conscientes das suas obrigações.

Mas, o interesse de Cleverson Teixeira é colocar nos pontos-chaves do INPS desse Estado, cabos eleitorais; talvez, pretendendo novas campanhas, novas políticas, e tê-los, cada um deles, ligados ao seu departamento para serem transformados neste Estado como seus grandes cabos eleitorais. Isto é o que condenamos, é o que não concordamos, e é o que protestamos aqui. E voltaremos a protestar outras vezes, se necessário for.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/79, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS — ILES", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que altera as divisas dos Municípios de Maringá e Mandaguçu, como especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO OCTÁVIO MAZZIOTTI", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/79, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES" da Escola

Amâncio Moro - Ensino de 1.º Grau, da cidade de Corbélia. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que dá nova redação ao inciso X, do Art. 39, e Art. 35, do Regimento Interno. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/79, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que acrescenta parágrafo com redação que especifica, ao Art. 77 do Regimento Interno. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 62/79, que aprova termos aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Rolândia, Cerro Azul, Paranavaí e Sengés, objetivando a aplicação de recursos financeiros, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 45/79, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MARINGÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no Distrito de Iguatemi. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 90/79, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 16/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 30/79, que objetiva consolidar a legislação atinente ao Quadro de Funcionários do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sobre a referida Proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor (**Lê**):
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, da Proposição n.º 90/79, a fim de que seja verificado se o veto aposto pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei n.º 16/79, após o decurso de uma quinzena não teria ultrapassado o prazo constitucional, fato que ensejaria a promulgação daquele plano de lei tal como foi aprovado por esta Casa.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1979".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, baseado no art. 177, parágrafo único do Regimento Interno da Casa, requeiro a Vossa Excelência que determine o não recebimento do requerimento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, embora, é claro, com todo o respeito e consideração que merece o nobre Deputado.

Mas, além de o requerimento contrariar o que dispõe o artigo que citei, Sr. Presidente, ainda a justificativa do requerimento não tem procedência, porque, de acordo com o Art. 28, § 1.º da Constituição do Estado, o Governo tem 15 dias úteis e mais dois dias ainda, para devolver a esta Casa projetos de lei que ele resolva vetar.

E o projeto em questão, Sr. Presidente, a Casa recebeu em 09/07/79, e o Palácio Iguaçu recebeu o referido projeto em 21/06. Contados os dias úteis, o Sr. Governador do Estado teria o prazo até 12/7 do corrente ano, para a devolução, para que o processo fosse protocolado no Poder Legislativo; e este processo

foi devolvido, segundo Vossa Excelência pode verificar e constatar, foi devolvido em 09/07. Portanto, com três dias de antecedência. Isto ainda contados os sábados como dias úteis, porque se não se procedesse dessa forma, o prazo seria maior ainda.

Em todo o caso, Sr. Presidente, o simples dispositivo regimental de que fala o art. 177, parágrafo único, já é suficiente para que Vossa Excelência defira "in limine" o recuo-mento do nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — Procede a Questão de Ordem do nobre Deputado, e a Mesa deixa de receber...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela Ordem.

Não estou pedindo, Sr. Presidente, adiamento de votação. E, com base no Regimento Interno, art. 97, também proponho esta Questão de Ordem, porque ela tem pertinência com a lógica jurídica e constitucional.

Tenho em mãos o Diário Oficial que publicou quando se trata de recesso parlamentar, o veto aposto pelo Governo a este projeto.

Por outro lado, Sr. Presidente, é preceito constitucional invocado pelo eminente Deputado Líder do Governo, que fala aqui, repetindo texto da Constituição Federal, consoante se verifica o § 2.º, O "Caput" do art. 28 da Constituição do Estado diz que "nos casos do art. 21, concluída a votação, a Assembléia enviará o projeto ao Governador que, aquiescendo, o sancionará". Vem o 1.º invocado pelo Deputado, e eu invoco o § 2.º, que diz: "Decorrida a quinzena", de acordo com a prática processual ditada pelos cânones do Código de Processo Civil, o dia do começo não se inclui.

Todavia, os dias subseqüentes se contam por inteiro. Entretanto, além dessa assertiva, há ainda clara dúvida nesse projeto.

Não vai aqui nenhuma crítica a quem tenha colocado data af. A verdade é que tem sido prática, neste Parlamento, que os prazos são contados de acordo com determinada conveniência.

Trata-se de processo legislativo. Então, precisamos estabelecer uma jurisprudência que seja conclusiva, determinando o prazo contado do dia do começo e do dia do final da quinzena.

Porque até hoje, nesta Assembléia, porquanto tenho dito em várias oportunidades, desde a outra legislatura, não se estabeleceu ainda o critério juridicamente sustentável, para que possa contar o dia do começo e o dia do final da quinzena.

E a própria Constituição deixa larga dúvida: o parágrafo 1.º do art. 28, fala em 15 dias úteis; o § 2.º, fala em quinzena.

De forma que não se pode duvidar da colocação que se faz. E não há, realmente, nenhum prejuízo para o veto. É apenas para que esta Casa fixe uma posição normativa, fixe uma jurisprudência para que se siga, através dela, através de um aprimoramento de normas internas para se chegar a um final do processo legislativo.

É esta a razão que coloco e não vejo nenhuma discrepância, porque não estou pedindo adiamento de votação.

Por esta razão, invoco esse preceito, e peço a Vossa Excelência a reconsideração, até porque a Assembléia decida tomar um posicionamento normativo a respeito desse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) A Mesa entende, nobre Deputado, além do Parecer da C.C.J., que diz que o veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário, que a retirada do projeto vem ocasionar o adiamento do mesmo.

A Mesa deixa, por conseguinte, de aceitar o requerimento do nobre Deputado.

Em votação a Proposição n.º 90/79. Veto.

- **Rejeitado o projeto, mantivo o veto.**

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso,

com o arquivamento do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Urbano Pedroni, Prefeito Municipal de Florai. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelaide Weigert Wanderley. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otacílio Carvalho de Oliveira, ocorrido em Ibaíti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, da cópia da Primeira Sessão Especial da Câmara Municipal de Porecatu, realizada em 04 de julho p. passado. — **Aprovado.**

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ildo Antônio de Araújo, ocorrido em Borrazópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 108/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, visando a criação e instalação de uma agência do referido órgão, no Município de Ibaíti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao INCRA - solicitando uma avaliação da situação jurídica do caso "Banco do Estado do Paraná X Antônio Padovani". — Em discussão.

O SR. RENATO BUENO -- Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do "Manifesto dos Jornalistas de Cascavel". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, reiterando o pedido de reintegração do Registro de Imóveis de Capitão Leônidas Marques da Comarca de Capane-ma para a Comarca de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Renato Bueno e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de três Srs. Deputados, para acompanhar as investigações e o inquérito, diante dos crimes brutais, violentos que têm ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita das Lideranças que indiquem os nomes dos Srs. Deputados a fim de atender o referido requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mes-sias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que envie comunicações às Delegacias da Capital e do Interior do Estado, esclarecendo os termos da Resolução n.º 950/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 23, 38, 63 e 67/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 68, 69, 70 e 71/79 e de Lei n.ºs 98 e 108/79.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 29 e 24/79, e de Resolução n.ºs 58, 57 e 50/79.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Fuad Nacli, em sessão do dia 15 de agosto de 1979.

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ

DATA: 04 DE JULHO DE 1979, ÀS 15,00h

ATA da Primeira Sessão Especial da Câmara Municipal de Porecatu, Estado do Paraná. Aos quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e nove, reuniu-se a Câmara Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, com a presença dos seguintes Vereadores: DARLY FRANCO VERAS, CELSO FERNANDES, LOURIVAL THEODORO MOREIRA, VICENTE FONTANEZ, URIAS CASIMIRO DA SILVA, JOSÉ FRANCISCO DE ALCÂNTARA DIAS, ANTÔNIO PEREIRA LIMA e dos Senhores Deputados Estaduais: NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO, JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO, JOSÉ LÁZARO DUMONT, RUBEN VALDUGA e FUAD NACLI, Membros da Comissão Especial formada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, fizeram uso da palavra: DEPUTADO NELSON FIORI LUIZ MALAGUIDO, Presidente da Comissão: "Presidente Darly Franco Veras, Nobres Vereadores, Nobres Pares da Câmara Municipal de Porecatu, antes de mais nada, é uma grande satisfação desta Comissão estar presente neste plenário e, também, para informar que a Assembléia Legislativa constituiu uma Comissão Especial, com a finalidade precípua de fazer uma avaliação da crise que ora a Usina Central do Paraná enfrenta, buscando nestes contatos observar, averiguar e buscar, de fato, uma identificação para todos esses problemas. Porque não se pode tratar do problema de Porecatu de modo isolado, e sim dentro de um contexto global, cujos reflexos de uma paralisação, realmente, seriam sentidos e se esparramariam por todo o Estado do Paraná. O drama social é palpável, é uma realidade dura, crua, mas, é uma realidade e, ao se abordar e se procurar fazer um levantamento da situação a gente tem que deixar de lado as colorações partidárias, porque nesta Câmara, mesmo na Assembléia não pode haver a coloração partidária. Não há MDB, não há ARENA, há sim, homens empenhados na causa popular e, entendemos que esta Casa e a Assembléia que são caixas de ressonância dos anseios, das aspirações populares têm, sim, a obrigatoriedade de buscar uma solução, equilíbrio para esta crise Então constituímos esta Comissão e estamos aqui; mantivemos vários contatos, manteremos outros contatos, ainda no dia de hoje e, após estes contatos, estes levantamentos, elaboraremos um relatório, o qual enviaremos às principais autoridades brasileiras, procurando sensibilizar estas autoridades para este problema que envolve Porecatu e Norte do Paraná, de um modo geral. Eu queria solicitar, com a anuência do Presidente, a presença do nosso Secretário, o Andreto, também, para que fizesse as anotações. Mas é isso, Senhor Presidente, nós agradecemos a espontaneidade e a democracia desta Casa do Povo em nos receber de braços abertos e nos co-

locamos inteiramente à disposição dos Senhores." **DEPUTADO RUBEN VALDUGA:** "Ouvimos na preliminar dessa nossa Reunião, um pedido formulado por esta Câmara, para que os Deputados da região procurassem se aliar ao problema e encaminhar, pelo menos, as reivindicações, já que a solução seria assim, um pouco difícil de que nos coubesse isoladamente, e, assim a título de contraprestação de um pedido, é de informar que fizemos, o Deputado Lázaro Dumont, Fuad Nacli e eu, subcrevemos um pedido, encaminhado a todas autoridades nacionais da área, ao Senhor Governador do Estado, pedido esse que foi aprovado por unanimidade, no sentido de que não permitam a paralisação desta Empresa, que abriga este fantástico número de trabalhadores. Procuramos nos ater ao problema de forma objetiva, singela e dedicada. Quero, aqui, fazer a homenagem de que, também, a Oposição, juntamente conosco tomou consciência e firmou em conjunto e por unanimidade o pedido. Nós vemos com apreensão o que realmente está ocorrendo em Porecatu, sabemos que os problemas são de uma dimensão muito maior do que aparentemente se possa ver ou dizer. Nós sabemos que se vive no mundo, hoje, uma crise de superprodução de açúcar, sabemos que o Brasil está com um estoque de açúcar acumulado, entretanto, nós sabemos que o Brasil carece de combustível, que importa combustíveis e que esse mesmo material que aqui hoje excede, poderá vir a suceder aquilo de que carecemos. Daí, porque, eu me proponho a fazer deste ponto que é visível e que é notório, talvez, um dos pontos de solução para a indústria canavieira de Porecatu e de todos os municípios da Região. Não nos furtamos em vir aqui, nós que aqui tivemos a nossa votação, tanto eu como o Deputado Fuad Nacli, os demais Deputados Lázaro Dumont, Tavares, Fiori e procuramos vir aqui, em tempo de recesso, dedicar o nosso tempo e o nosso empenho. Tenho a certeza, Senhor Presidente e tenho a certeza Senhores Vereadores, que será sério, que será dedicado; temos a responsabilidade de lutarmos, nos aliarmos a esta causa que estaria a exigir dos homens de boa vontade, de condições de trabalho, alguma solução. Por outro lado, em reunião que tivemos com Sua Excelência, o Governador do Estado, ontem, nos pediu que transmitíssemos a Vossas Excelências o seu empenho e a sua palavra de que tudo faria para evitar de que houvesse a paralisação das atividades desta Empresa. Eu quero dizer que não é outro o sentido da nossa vinda, aqui, a título de colaborar, de analisar e de procurar fazer com que sejamos dignos da vossa confiança, da homenagem e da convivência que temos tido." **DEPUTADO FUAD NACLI:** "Nobre Vereador Darly, Vereadores, Presidente Fiori Luiz, sou o Relator desta Comissão, os Senhores Vereadores que vieram a poucos dias a Curitiba, assistiram e viram o pronunciamento da Sua Excelência, o Governador do Estado. Houve dois requerimentos na Assembléia, um de autoria do Deputado José Tavares em que pedia para que a Bancada votasse; a sua preocupação com o problema social desta região e para que não dizer, também, de mais Deputados que estavam lá presentes, o Deputado Lázaro Dumont, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, que conhece muito bem ou melhor do que muitos pensam, os problemas desta área, desta região, assistiu conosco, ainda no Palácio do Governo, a Sua Excelência, o Governador, antes de nós partirmos para cá, e que se encontravam presentes lá, os Deputados Ruben Valduga, José Lázaro Dumont, João Mansur, David Federmann e demais Deputados. Nós não podemos fugir da realidade, meus amigos, nós não podemos vir aqui excusar e dizer da preocupação de Sua Excelência, o Governador do Estado, dos órgãos ligados ao Governo do Estado. Mas todos os Senhores estão lendo em todos os jornais do Brasil, principalmente os jornais de São Paulo, o que todos os Ministros têm falado, ainda, nas reportagens estão aí. A realidade, ela está evidenciada e todos os Senhores conhecem. Sabe muito bem o Presidente desta Comissão Especial, que se destina avaliar e de perto ter

contato com os Senhores que estão aqui, Vereadores, como hoje estivemos com o Prefeito desta cidade, estivemos nos dois Sindicatos. José Tavares conversando com seus amigos e companheiros, eu, como eu, tantos, que é que nós poderíamos dizer; vamos fazer o que disse o nosso Deputado Valduga: um levantamento para fazer um relatório dentro do bom senso do espírito, levar para ver a forma que mais se possa se conduzir os destinos desta Região, não só de Porecatu. Todos os Senhores conhecem minha posição dentro de Porecatu. Ainda hoje se perguntou se eu estou defendendo o Grupo Atalla, um dos jornalistas que estão aí. Eu, absolutamente, não estou aqui para defender o Grupo Atalla, e nem para acusar o Grupo Atalla, eu estou aqui para defender a minha região, defender a esse povo que está aí e, a solução não se pode ser dada do dia para a noite, e acredito que o bom senso é trabalhar. Nós temos aqui, o Nobre Vereador Celso Fernandes, que é antigo morador daqui; me parece que é fornecedor de cana, aqui radicado há muito tempo. Ninguém melhor do que o Vereador Celso Fernandes e, desculpe a expressão, do que o Vereador Antônio "Pernambuco", nosso amigo velho, que conhece muito bem Porecatu. Nós gostaríamos de ouvir a exposição do nosso amigo, Vereador Celso Fernandes, se assim a Presidência nos permitir, e de todos os Vereadores daqui que pudessem expor, para que esta Comissão pudesse avaliar os problemas que estão aqui. Porque nós não podemos ver de um lado só; no Sindicato nós vemos um problema, na Prefeitura vemos outro problema. Então, eu acredito que nós devemos somar tudo isso, para ver que ponto podemos chegar, Senhores Vereadores e confessar aos Senhores que a vossa preocupação, de todos Deputados que estão aqui. Ainda ontem, preocupados, com Tavares, Fiori, posso até, se Lázaro permitir, ele nem poderia estar hoje aqui, ele deixou compromissos grandes, Valduga veio de São Paulo para vir atender esta reunião, na data de hoje. Quero dizer, eu acredito que nós todos que estamos aqui, estamos com a melhor boa intenção, sem pensar com o coração, de pensar em política, como bem o diz o nobre Presidente desta Comissão; estamos aqui com a intenção de levar aos órgãos Estaduais, Federais, uma solução, se possível for, para que haja paz e tranquilidade para Porecatu. Eu gostaria de ouvir a exposição dos Nobres Vereadores, porque para nós é importante a palavra dos moradores mais velhos, se possível, eu só pediria escusa se com o tempo mais curto, para que nós pudéssemos fazer mais uma visita, porque já estamos atrasados." **VEREADOR CELSO FERNANDES:** "Senhor Presidente, Ilustres Deputados, a Câmara Municipal de Porecatu cumprimenta a Assembléia do Estado que, em tão boa hora constituiu esta Comissão Especial para que sentisse de perto os problemas ora existentes em Porecatu. A situação é dramática e todos os Senhores já sabem, vivemos momentos de tensão, não só por parte dos proprietários da Usina, mas como Prefeitura, Prefeito, Vereadores e população em geral. Senhor Presidente e nobres Deputados, entendendo o apelo do nobre Deputado Fuad Nacli, é necessário que nós apelemos, também, à Assembléia Legislativa para uma particularidade da Usina Central do Paraná. Sabem Vossas Excelências que desde 1975 até esta data, o norte do Paraná e porque não dizer o Paraná todo, atravessou crises seríssimas, em virtude das geadas e das estiagens prolongadas. Quando o Grupo Atalla assumiu a direção da Usina Central do Paraná, adquirida do Grupo Lunardelli, ele partiu para uma remodelação dessa Usina que já se sentia incapaz de produzir o necessário às aspirações da empresa, sendo feito um projeto que foi apreciado pelo próprio Governo Federal, para que essa Usina produzisse 4 (quatro) milhões de sacas de açúcar anuais e atingir até o montante de 5 (cinco) milhões de sacas. No entretanto, o Instituto do Açúcar e do Alcool dá uma cota para essa Usina de apenas 01 (um) milhão e seiscentas mil sacas anuais, ou seja, por se trata de necessário, Senhores Deputados, que Vossas Excelências na As-

sembléia Legislativa, lutem pelo Paraná, lutem por essa cota que é imprescindível para o nosso Estado, para a nossa economia, não só de Porecatu, como do Paraná e do Brasil. Não é no sentido de pressão, absolutamente, que a Usina Central do Paraná cessou suas atividades, Vossas Excelências devem ter percorrido hoje, a cidade e os Sindicatos e, devem ter sentido isto de perto. A Usina deveria ter sido acionada ontem, no entretanto, por piquete dos próprios trabalhadores, ela não foi ativada. Eu não vou discutir a legalidade ou a ilegalidade da greve, pois quem pode falar, de cátedra, é o General Massa, que amanhã estará aqui. Por outro lado, nós sentimos que essa Empresa, no âmbito social tem oferecido de tudo, à medida de suas possibilidades, aos operários da Usina e o testemunho são as obras de assistência social que essa Usina vem mantendo, aqui, no nosso município. Senhores Deputados, é necessário, é premente, é urgente que se dê uma solução à crise, hoje, reinante em Porecatu e Vossas Excelências sentiram de perto. Eu creio que não é possível se avaliar de um dia para o outro a crise reinante. Eu sei que o tempo de Vossas Excelências é curto e vai haver, ainda, uma demanda de mais tempo. Mas, é necessário de que nos conscientizemos que isso tem que ser resolvido com a máxima urgência porque o problema social vai se avolumando a cada vez mais e as consequências são imprevisíveis. Como disse o nobre Deputado Fiori Luiz, não se pode ater apenas a casos isolados, mas de uma maneira geral, global. Que Vossas Excelências junto ao Governo Estadual, junto ao Governo Federal, procurem uma solução para que essa empresa continue oferecendo esse trabalho aos operários de Porecatu, sem pressão nenhuma aos operários e os pagamentos fiquem em dia, é evidente isso, porque diz um ditado: "Que o estômago fala mais alto que a cabeça". Mas, como eu disse no início, há uma pressão forte por parte dos próprios operários, uma parcela deles, para o não funcionamento da mesma, que é grave mesmo, Senhores Deputados, peço encarecidamente, não só para a tranqüilidade de Porecatu, mas, para a tranqüilidade da região toda. Que Vossas Excelências procurem o caminho que até agora, nós, Vereadores, não encontramos, para solucionar essa crise. É um apelo que nós fazemos a Vossas Excelências, tanto aos homens da Stiaução como aos homens da Oposição, que hoje, aqui, estão presentes, com a melhor das boas intenções, para que isso seja solucionado. Porecatu e região têm contribuído grandemente, tanto na área Estadual como na área Federal e, nós esperamos, agora, uma resposta à altura desta crise. APARTE DO DEPUTADO FUAD NACLI: "Os jornais comentaram muito sobre a renúncia do atual Prefeito e foi um dos pontos que deixaram o problema político um pouco nervoso. Eu gostaria, se os nobres Vereadores pudessem dizer alguma coisa a respeito disso, se algum pudesse responder". VEREADOR CELSO FERNANDES: "Respondendo à arguição de Vossa Excelência, o Prefeito Dario Lunardelli, evidentemente, falou em renúncia; mas, é necessário que se entenda e se compreenda, inclusive, até onde vai a extensão da palavra renúncia. Se, a Usina Central do Paraná pára definitivamente, é que o Prefeito renunciaria, entretanto, analisando sob outro prisma, logo assim que a Usina Central do Paraná encerrasse suas atividades, ele também renunciaria. Os contatos que mantivemos com o Senhor Prefeito Municipal e é uma verdade e ele cansou de nos afirmar o seguinte: "Se a Usina parar por um mês, por dois, três, quatro, cinco ou seis meses, evidentemente, nada mais nos resta a fazer, senão renunciar; porque a nossa economia, especialmente o orçamento do município está baseado na produção da Usina Central do Paraná, que vai à casa de noventa por cento." APARTE DO DEPUTADO FUAD NACLI: "Nobre Vereador, hoje o Prefeito, junto à Comissão Especial, foi claro, dizendo o seguinte: "que a palavra "renúncia" com a paralisação total da Usina, total, veja bem, por isso que eu fiz esta pergunta. Total, automaticamente não haveria, mas que ele, realmente, não pensaria. Se a Usina parar, ele vai renunciar." VEREADOR

CELSO FERNANDES: "A prova evidente disso, nobre Deputado, é que o Prefeito continua no seu cargo, acompanhando de perto, as dificuldades do município, inclusive do Grupo Atalla, e ele está presente e, não renunciou ainda. Ele está acompanhando, está sentindo o problema, está procurando as autoridades para que solucionem o problema. O Prefeito Dario Lunardelli não é desses homens que procuram enfrentar os problemas fáceis, mas, sim os difíceis; mais fácil acreditar numa renúncia do Prefeito Dario Lunardelli, após tudo estar em ordem, do que agora; após regularizar a situação de Porecatu, eu acredito em sua renúncia; só acredito, após a paralisação total e por tempo indefinido da Usina Central do Paraná, só assim. Mas, neste momento difícil, creia, Senhor Deputado Fuad Nacli e demais componentes desta Comissão, o Prefeito Dario Lunardelli não renunciará, assim como os Membros componentes desta Casa, não renunciarão ao seu mandato. Eu acho que nós devemos nos permanecer nessa situação nos momentos difíceis e, aquele que queira renunciar que renuncie nos momentos fáceis. Nós estamos ao lado do povo que nos confiou seu voto e, aqui, estaremos defendendo o nosso povo, confiando em Vossas Excelências que foram, também, eleitos por nós e, que lutem por nossa causa, que lutem pelo Norte do Paraná, porque pelo Paraná, estarão lutando pelo Brasil, estarão lutando pela Pátria." DEPUTADO JOSÉ TAVARES: "Senhor Presidente, nobres Vereadores, companheiros que compõem esta Comissão Especial, eu acho que antes de falar alguma coisa a esta Casa de Leis, seria importante, nós, da Comissão, esta nossa Comissão, ouvirmos os demais Vereadores a respeito da situação que passa o Município de Porecatu, e esse problema da Usina Central do Paraná; nós, da nossa parte, muito pouco teríamos o que dizer. O Presidente da Comissão, Deputado Fiori Luiz fez uma rápida montagem dos objetivos desta Comissão; o nobre Deputado Valduga, o nobre Deputado Fuad Nacli e, efetivamente, nós procuramos um requerimento e, aqui, eu quero também, inclusive, a minha homenagem ao Deputado Fuad Nacli e a toda a Bancada da ARENA, numa visível demonstração de que o objetivo na Assembléia Legislativa do Paraná, muitas vezes tem estado acima dos interesses partidários. Nós formulamos um requerimento, um apelo ao Excelentíssimo Presidente da República e aos Ministros da Indústria e Comércio e do Trabalho, no sentido de que intercedesse para solucionar este impasse que hoje atemoriza, amedronta, traz pânico, traz insegurança a toda a comunidade de Porecatu e de toda a região. E dizia, naquele requerimento, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, que a grande preocupação nossa e aqui eu faço questão de frisar, não é com situação financeira porque passa o Grupo Atalla, mas, a situação econômico-financeira que vive o Município e a região de Porecatu. Disse bem, o nobre Vereador Celso Fernandes, que nós abordamos esse aspecto no nosso requerimento, na justificativa do nosso requerimento, de que o Norte do Paraná que foi o grande celeiro deste Estado, Sul do Brasil, do Norte do Paraná, que foi a região rica neste País, que hoje não é mais rica; nós devemos nos conscientizar disso, o Norte do Paraná tem sofrido de 75 para cá, uma série de fatores adversos, como geadas, secas, chuvas em excesso e, também, Senhor Presidente, a política governamental para com a agricultura, que não tem sido uma política condizente com os reclamos da agricultura do Paraná e, além de tudo isso, nós, hoje, estamos vivendo, vendo e convivendo com uma região que já foi muito rica, realmente, que é essa região do Norte do Paraná que tem na sua região, como polo central, uma indústria geradora de grande mão-de-obra, uma indústria que monopoliza uma vasta área territorial, e que está em crise e, que a sua crise gera crise em toda a sua comunidade. Um dado assustador, também que nos levou a formular este requerimento é que oitenta por cento que a Usina Central do Paraná contribui em oitenta por cento da Receita Tributária de Porecatu. Agora, a grande preocupação nos—

sa, o que nos levou a formular aquele pedido, aquele apelo, inclusive ao Senhor Presidente da República, é com relação a esta massa humana que vive e depende dos destinos da Usina Central do Paraná. O que será destes trabalhadores? Que vai fazer esta gente que hoje, mesmo, que a Usina estivesse em pleno funcionamento já vive com dificuldades? Já ganha mal, já encontra sérios problemas para manter suas famílias; imagine, agora, Senhor Presidente, a situação desses homens desempregados, à beira do desemprego. Então, esta foi a nossa grande preocupação. E, nós estamos, aqui, exatamente para ouvi-los, para colher de vocês, os legítimos representantes do povo de Porecatu, porque vocês convivem diariamente com os problemas de Porecatu. Nós convivemos até certo ponto, à distância, apesar de termos vindo muito a Porecatu, mas, vocês é que convivem diariamente; então para nós seria muito importante ouvir de vocês, sugestões, ouvir de vocês, informações, para que nós possamos, depois, a Comissão reunida, formar um juízo acerca daquilo que devemos propor às autoridades governamentais, para colocar um impasse a essa crise que preocupa todos nós. Portanto, eu só fiz esta rápida conotação para, também, trazer aqui a minha contraprestação, que afinal de contas, eu também fui eleito por Porecatu, eu também, fiz votos em Porecatu e tenho a obrigação, o dever, até a responsabilidade de sempre, que for possível, prestar contas de meus atos à comunidade que confiou em mim. Então eu gostaria, Senhor Presidente, de ouvir, evidentemente, os nossos representantes, que são vocês, os nossos companheiros, que vocês convivem com a cidade, para que nós possamos, evidentemente, formar um juízo em torno dos fatos que hoje nos traz a esta cidade, para que possamos reclamar, exigir das autoridades responsáveis, uma solução para este impasse." APARTE DO DEPUTADO RUBEN VALDUGA: "Inclusive indicando que soluções poderiam ser tomadas, ainda que seja uma opinião pessoal e própria." VEREADOR URIAS CASSIMIRO DA SILVA: "Senhor Presidente, Senhores Deputados Estaduais, Senhores Vereadores, bem sei, também, como nós, residentes em Porecatu, estamos deveras preocupados com a situação e com o problema atual da nossa querida cidade. A situação é de bastante tensão, como os Senhores já puderam verificar "in loco". Os Senhores disseram tão bem, como nós, representantes do povo; só que os Senhores Estaduais agem num setor mais amplo e mais intenso, com muito mais condições de eco, dado à altura de suas tribunas. Portanto, aquilo que os Senhores mencionam na tribuna da Assembléia Legislativa, tem muito mais repercussão, quero crer, do que aquilo que mencionamos nesta Câmara. Para tanto, apelamos para Vossas Excelências, que transmitam às autoridades superiores e competentes, no sentido de procurarem uma solução para o problema social, hoje, existente em Porecatu, com o cessamento das moendas da Usina Central do Paraná. Essa paralisação das moendas trouxe problema para toda a comunidade; o comércio está, como disse o amigo Celso Fernandes — não mencionando o comércio — a população está, praticamente, em pânico. Enfim, toda a sociedade beneficente não tem mais aonde apelar, se o problema perdurar. A meu ver, nós, juntamente com o Governo Estadual, Federal, devemos nos preocupar e, de fato, estamos preocupados com este transe social, inegavelmente, que estamos atravessando em Porecatu e, também, em outros municípios da região, porque suas áreas, também, fornecem cana para a Usina Central do Paraná. Imaginem os Senhores que, os nossos empregados assalariados, nesta hora, com seus orçamentos cortados, porque a meu ver estão quase há uma semana sem trabalhar e irão sofrer conseqüências com este orçamento, dado a falta de receita. Quando eu falo de assalariado, falo com bastante liberdade, porque, também, sou assalariado. Eu, particularmente, não estou preocupado com o problema empregador, estou preocupado com o problema empregado. Portanto, se realmente os atuais empresários não tiverem con-

dição financeira, recursos financeiros, financiamentos, enfim, não sei de qual origem, o Governo Estadual, o Governo Federal deve se preocupar em apresentar uma saída para o problema atual. Estamos deveras preocupados com a paralisação das moendas, enfim, um complexo industrial, inclusive o pessoal responsável pela extração da matéria-prima da zona rural que segundo informações do meu companheiro Vicente Fontanez, ele não está de todo parado porque ele está transferido para as fazendas de café e, colhendo café. Mas, nós sabemos que a colheita desse ano é pequena, eu não sei até quando poderão transferir esta gente, e até quando esta gente terá receita para, natural e conseqüentemente, o sustento de seus familiares. Eminentemente Deputados, fica o nosso apelo, para que com estudos e análises como bem disse o Deputado Valduga, rápido e bastante sintetizado, porque a situação é realmente gravíssima, socialmente falando e, não há tempo para muitas minúcias. Eu acredito numa solução, principalmente, para o problema de Porecatu; porque acredito cegamente nas nossas autoridades maiores. Senhores Deputados, Senhores Vereadores, a sociedade de Porecatu nos elegeu para seus legítimos representantes na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara Municipal e, acho que é nosso dever, nessa hora clamorosa a que estamos passando, que os Senhores olhem, analisem com bastante carinho e esmero, e acredito eu, que, desse relatório da Comissão composta pelos Senhores é que surgirá uma solução humana e urgente." VEREADOR LOURIVAL THEODORO MOREIRA: "Senhores Deputados, Senhores Vereadores, os Senhores que nos representam lá na Assembléia Estadual mas que não estão distantes dos nossos problemas, aqui, de Porecatu, nós queremos, em primeiro caso, transmitir aos Senhores Deputados, que todos os Vereadores, o Prefeito Municipal têm no rosto de cada um, a tristeza surgida em razão da crise que envolve nossa cidade e toda a região do Vale do Parana-panema e, como disse o nobre Deputado Fiori Luiz, todo o Norte do Paraná. Nós sabemos que o pensamento de cada Vereador, de cada líder, de cada diretor de cada escola, de cada comerciante é voltado única e exclusivamente, para o povo, o nosso, principalmente, porque o povo nos escolheu e, aqui, estamos representando, com certeza, com muita dignidade. A preocupação maior é o problema social de Porecatu é a falta de emprego, em segundo, preocupamos muito, também com a grande fábrica que Porecatu tem a satisfação de tê-la, que o Norte do Paraná tem a satisfação de tê-la. Eu perguntaria, qual a cidade, qual o Estado que não lutaria por ter no seu município, uma empresa de tamanha envergadura? Os seus problemas financeiros cabem aos seus diretores, mas, à existência desta Empresa na nossa região, cabe a luta de todo um povo, de todos os políticos, dos Vereadores, dos Senhores Deputados e, nós temos certeza que o contrário não acontecerá. Temos a certeza que os Senhores Deputados, o Governador do Estado, o Governo Federal, estarão, também, preocupados, assim como nós, para a sobrevivência desta Empresa e para regularização imediata do problema social da nossa região. Os Senhores puderam observar e, eu tenho certeza disso, que o povo de Porecatu está triste, está preocupado e, nós, talvez em palavras não podemos expressar o tanto que isso representa para nós, que é o desemprego nesta região. Como disse o nobre Deputado José Tavares, bem ou mal o que Porecatu tem para absorver a mão-de-obra são poucos os locais, são poucos os Estados que têm, e nós sabemos disso e estamos lutando para que continue, senão melhor, pelo menos como vinha. E quero deixar os nossos agradecimentos, em nome do povo de Porecatu, pela preocupação que os Senhores Deputados dispensaram para com o problema e, com certeza o levarão na íntegra, para que os que estejam longe, sintam o que nós, aqui estamos sentindo." VEREADOR ANTÔNIO PEREIRA LIMA — "St. Presidente, nobres companheiros, ilustríssimos Deputados, as vossas presenças são bem vindas para nós. E, a respeito

da indústria não é preciso falar, os Senhores vieram e viram com os vossos olhos. Se for considerar erros, também não posso, porque sou separado da indústria; e respeito renúncia, como Fuad Nacli falou, do nosso Prefeito. Acredito que ele deu uma de criança, talvez meio desesperado pelo problema da indústria, mas nós entendemos assim, mas ele não pode renunciar. Eu, como Vereador do MDB, não aceito, pois vem nos trazer mais desespero para nosso município. Quem assim pode falar é um diretor da indústria, pois um Prefeito eleito pelo povo não pode usar esse critério. Portanto, não aceito a renúncia do Prefeito, ele tem que terminar o seu mandato até no fim, que um soldado não foge da guerra. Portanto, esse é o meu parecer; a respeito da indústria não posso falar nada, porque os Senhores vieram e viram a situação." VEREADOR VICENTE FONTANEZ:— "Senhor Presidente, Excelentíssimos Deputados, é uma honra tê-los, aqui, com a gente, com muito orgulho, eu queria expor a situação da Usina Central do Paraná. Quando o Grupo Atalla chegou em Porecatu, o emprego foi aumentado para muita gente. A situação deles não era tão ruim, nunca houve reclamação de salário; de uma época para cá a crise piorou, piorou, e foi piorando; falta de financiamento e, os empregados de uma época para cá têm percebido essa crise e não têm confiança mais na empresa. Cada dia que passa, a cada hora que a chaminé da Usina para de soltar a fumaça, é mais desconfiança dos empregados. Os empregados estão numa situação triste; não porque o Grupo Atalla deixa de pagar, ou faltar recursos para eles, pois o Grupo Atalla se preocupou muito em fazer o pagamento em dia, até hoje; sempre se preocupou com o pagamento dos seus funcionários, mas a situação piorou ainda mais, e o povo está perdendo a confiança na empresa. Por isso, é que está havendo retiro para que os trabalhadores não trabalhem. E cada hora que passa, pior está ficando a situação. Eu, como representante do povo, acho que se a Usina Central do Paraná parar de soltar a fumaça pela chaminé, Porecatu morre. Eu pergunto aos Senhores, o que vão fazer milhares de pessoas que trabalham nessa Empresa? Para onde vão numa época dessa, numa época difícil? Eu pergunto aos Senhores, o que é que os fornecedores de cana vão fazer com sua cana? Todos dependem de fornecer suas canas e viver delas. A crise nossa, aqui, em Porecatu é triste, cada dia que passa mais calamidade vai aparecendo. É revolta, as nossas famílias não têm confiança de ficar em casa sozinhas, com medo, quando a gente sai para o trabalho e, enquanto não se retorna para casa é uma preocupação tremenda, telefonando o dia inteiro para a gente. Quer dizer que não existe tranquilidade mais. Então, eu pediria aos Senhores, em nome do povo, em nome de Deus, que tomassem todas as providências possíveis, para que a Usina Central do Paraná não pare as suas moendas, para que esse povo fique mais tranquilo e confie no seu emprego. Isso eu peço em nome do povo, e em nome de Deus, Senhores Deputados, que lutem para esse povo que confia em vocês." VEREADOR CELSO FERNANDES:— "Faria uso da palavra para responder a pergunta do nobre Deputado Ruben Valduga, no sentido de quais soluções que poderiam ser apresentadas ao problema reinante em Porecatu, hoje. Senhor Presidente, Ilustres Deputados e nobres Vereadores, mantendo contatos com a Diretoria da Usina Central do Paraná, uma das soluções viáveis para o problema seria a liberação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para venda de trezentas e cinquenta mil sacas de açúcar em Porecatu e duzentas e cinquenta mil sacas de açúcar em Jaú, fabricado por outra Usina pertencente ao mesmo Grupo. Primeira ação, prende-se ao fato, de que a Usina tem débito com as Coope-

rativas, evidentemente, a liberação faria com que a Usina Central do Paraná, de Porecatu, permanecesse em atividade até o final de sua safra, época até que então se poderiam solucionar os problemas, desde que, a própria Diretoria da Empresa, já colocou todos os seus bens, por intermédio de uma procuração ao Governo Federal, para a venda de todos os seus bens no País, para solucionar essa crise. Isso é uma informação que eu dou oficialmente, transmitida pelo próprio Diretor da Usina. Seria uma das viabilidades para que se solucionasse esses problemas." DEPUTADO RUBEN VALDUGA:— "Esse estoque está assim comprometido por alguma garantia de penhor?" VEREADOR CELSO FERNANDES:— "Exatamente, porque se esse açúcar for entregue à cooperativa do Açúcar e do Alcool como já existem." DEPUTADO RUBEN VALDUGA:— "Tem a cota compulsória, da refinaria, percentagem, é o grande problema do Paraná em São Paulo, arcamos com cinquenta por cento enquanto São Paulo arca com vinte e sete por cento da cota compulsória, o nosso consumo aqui é de doze milhões de sacas; você vê que, quanto à balança é um absurdo. O primeiro perde o ICM, o resto é crise total; eu estou falando em termos de todas as usinas do Paraná." VEREADOR CELSO FERNANDES:— "Uma das soluções viáveis seria essa, para que se dê tempo, porque, Senhores Deputados e nobres Vereadores, mesmo que se coloque à disposição do Governo Federal ou que a Diretoria da Empresa Atalla, decida vender seus bens para fazer complemento aos compromissos já existentes, isso não se faz de um dia para a noite. Há uma demanda de tempo e, nós temos urgência da solução do problema. Porque, às vezes é difícil para a gente vender até uma data, de uma hora para outra, imaginem os Senhores, vender uma indústria deste porte, ou outras indústrias que existem. Nós temos conhecimento, aliás, isto é extra-oficial, é que o Governo de Minas Gerais está empenhado em resolver o problema da Usina Malvina, em Minas Gerais. Pelos jornais, nós temos conhecimento, não sei se é verdade ou não que haja empenho do Governo de Minas Gerais em solucionar o problema desse mesmo Grupo, lá em Minas; agora o que eu não vejo uma solução rápida é que os Atalla vendam os seus bens de um dia para o outro para solucionar o problema que já é iminente. A cada dia que passa, mais se agrava a crise em Porecatu, especialmente com relação ao problema trabalhador. O fato de se colocar à venda os seus bens, não há problema nenhum." APARTE DO DEPUTADO RUBEN VALDUGA:— Esta informação que eles teriam dado procuração para o Governo Federal para que vendessem seus bens poderia ser confirmada com quem?" DEPUTADO FUAD NACLI:— "A procuração foi dada a tempos atrás ao Ministro Délio Jardim, para levar uma procuração ao Governo. Na segunda-feira quando se estava tratando do assunto em Curitiba, domingo, quando estava saindo de Curitiba, encontrei com o Governador Ney Braga, levou uma procuração das mulheres para que vendessem até peço desculpas aos Vereadores, pois dá a impressão que eu estou interferindo. O certo ou errado, felizmente, a gente tem umas ligações com outros usineiros e o pessoal da COPERSUCAR de São Paulo, temos tendo um contato com Bandeirantes, Jacarezinho e a Usina Santa Terezinha; então sabemos de uns lances que foram dados, tanto em Curitiba, como em Brasília, mas, na realidade foi entregue uma procuração e o Governo não pode negociar e, está entregue ao Ministro da Indústria e Comércio, o problema do Grupo Atalla, no Brasil e, nós discutindo esse problema, ainda, com o Governador Ney

Braga, o Governo acha que é problema do Governo Federal, fugiu da esfera do Estado; eu acho que a Comissão, depois dessa visita, vendo isso tudo, acho que nós vamos chegar a um denominador comum. É capaz de haver conversa junto ao Governo do Estado, junto ao Governo Federal, para que o problema do Paraná seja resolvido em termos do Estado do Paraná." VEREADOR CELSO FERNANDES:—

"Veio o nobre Deputado Fuad Nacli, veio confirmar exatamente aquilo que a gente já tinha conhecimento, portanto, não é blefe, absolutamente, que a empresa em dizer que coloca seus bens, porque, aqui, em Plenário há a confirmação do Deputado Fuad Nacli, que tem conhecimento do problema. Desde que esse Grupo se compromete a vender e mesmo por intermédio do Governo Federal, seus procuradores, seus assessores, seus representantes, eu acho que pode haver uma solução por intermédio de intercessão do Governo Estadual no assunto, por intermédio desta Comissão." APARTE DO DEPUTADO FUAD NACLI:—

"Esta procuração não ficou nas mãos do Governo Federal, porque o Governo não poderia receber esta procuração; foi levada a Brasília, na hora que estávamos tratando do assunto, ela ficou para que escolhesse uma pessoa, porque nenhum Presidente, nenhum Ministro da Fazenda poderia ficar com uma procuração para negociar o que é do Atalla, mas há boa vontade do Grupo." VEREADOR CELSO FERNANDES:—

"É o que não se pode negar, porque colocou seus bens à disposição do Governo, para garantia de qualquer negócio que vier a ser feito por Usina Central do Paraná." APARTE DO DEPUTADO FUAD NACLI:—

"E aqueles que não estão vinculados a particulares, não só do Brasil, como também do exterior." VEREADOR JOSÉ FRANCISCO DE ALCÂNTARA DIAS:—

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, gostaria de agradecer a presença de todos em Porecatu, nesta Casa Legislativa. Gostaria de ser bastante breve; o que tinha a abordar, os Companheiros, quase todos já abordaram. Gostaria de apelar aos Senhores Deputados que, juntamente com os órgãos competentes, quanto mais depressa possível resolvermos o problema de Porecatu, de nossos municípios e para bem dizer, empregados. Com a paralização das moendas da Usina Central do Paraná, para nós é um dos maiores acontecimentos do Paraná, desde a fundação deste Estado; é uma causa quase que intolerante, como frisou o Vereador Lourival Theodoro Moreira, se vê, aqui, em Porecatu, no rosto de cada porecatuense a tristeza e a esperança de que um dia seja resolvida esta causa, de que um dia tudo volte ao normal, de que um dia as moendas voltem a devorar toneladas de cana, que a mesma se transformará no produto que dará a Porecatu e a este País, uma cota de boa produção como disse, não só a Porecatu, como a todo País. Então, gostaria de pedir encarecidamente aos Senhores Deputados que, como já vieram a Porecatu e estão vendo de perto a situação de nossa gente, a situação de nosso povo e, eu como representante legítimo desse povo, não poderia deixar de fazer aos Senhores, este apelo e pedir que, quanto mais depressa, possível, para que coloquemos esta situação em dia, na maneira que Vossas Excelências acharem necessário."

DEPUTADO JOSÉ LÁZARO DUMONT:— "Talvez, aqui, eu vou me tornar repetitivo, mas, pelo menos deixo a minha opinião, também; iniciando quase que com as mesmas palavras do nobre Deputado José Tavares, não me preocupa muito a situação econômica do Grupo Atalla, porque aí é uma questão de tempo de quem se tem bastante, tenha um pouquinho menos. Mas, preocupa bastante a situação que passa, não só os trabalhadores, diretamente, vinculados ao complexo agroindustrial, mas, toda uma região, como

Prefeitura Municipal hoje em audiência com Senhor Prefeito. É uma região inteirinha que vai sofrer as conseqüências. E disse muito bem e, achei formidável as palavras do nobre Vereador Lourival Theodoro Moreira, quando disse o seguinte: a gente que viaja por esse Paraná todo, os Deputados, aqui, que fazem o mesmo, que a gente vê a luta de determinados municípios, de se brigar por uma pequena indústria de cinquenta, cem empregos, se doando ICM por dez anos, vinte anos, doando água, luz, terraplanagem, terreno de graça, tudo para se trazer uma indústria. Podemos imaginar se nós soubéssemos de um grupo que tivesse a oportunidade de formar uma indústria para seis, sete ou oito mil empregados, nós iríamos buscar no fim do mundo, como o Governo do Paraná está indo no Japão, o Prefeito de Londrina, de Curitiba, estão indo no Japão, trazendo esses grupos para suas cidades, incentivando esses grupos. E Porecatu, está aqui, instalado, a indústria está aí, eu realmente, fico confuso; se a intervenção na Usina é o melhor, que se intervenha, imediatamente, se a solução é arrumar recursos, é injetar dinheiro para se sair desse marasmo, dessa crise momentânea que está, que se injete dinheiro. Se a outra solução, talvez a mais prática, é eliminar um processo burocrático da própria cooperativa dos usineiros e vender esse estoque que está aí e acertar a situação desses trabalhadores, que todo mundo volte para o serviço, então que se faça isso. Agora o que não se pode permitir é continuar na situação que está, o que não se pode permitir é um Governo que autorizou o fechamento de uma indústria que já estava produzindo dois milhões de sacas e chegou até a produzir mais de dois milhões de sacas, principalmente, há anos atrás, de se permitir o investimento fabuloso de duzentos, trezentos metros ao lado, um outro complexo industrial com capacidade para produzir cinco ou seis milhões de sacas e depois liberar para que essa mesma indústria, um milhão e seiscentas mil sacas. Se permitiu um projeto, se apoiou o custo, se deu o dinheiro, se é co-autor da idéia, que assuma também as conseqüências desta mesma idéia. Então, nós gostaríamos de deixar afirmada a nossa posição devida, aqui, a nossa idéia, não em nome da Comissão, mas em particular, de que, realmente, se precisa encontrar uma solução urgente. Porque, nós que estamos acostumados a conhecer o Dario Lunardelli há muitos anos, sabendo que é um homem, normalmente, sorridente, brincalhão, e este brincalhão é no termo mais carinhoso, podemos sentir, hoje, nos traços de seu rosto, a preocupação constante de que dirige um município economicamente tão importante para nosso Estado. Os Vereadores que não têm tanta intimidade como tenho com o Prefeito, mas, sinto na própria expressão e timbre da voz, o chocante apelo do Vicente, um apelo patético, até em nome de Deus, mas, independentemente da cor partidária que hoje esqueceram, totalmente, mas o próprio timbre de voz, mostra como se fosse um único partido, uma só bandeira a se defender. Quero, não oficialmente, não posso e não estou autorizado para isso, mas, posso informar a essa Casa de Leis de Porecatu, que num outro problema gravíssimo que aflige hoje o Estado do Paraná, o sócio-econômico, na área do reflorestamento; amanhã cedo, estarei embarcando para Brasília, junto com mais o Presidente da Federação da Agricultura, o Presidente da Federação da Indústria, o Presidente do Sindicato Madeireiro do Paraná e o próprio Secretário da Agricultura, onde vamos manter audiência, amanhã à tarde e depois de amanhã, com todos os Ministros da área econômica, cinco Ministros. E, pelo menos, não oficialmente, repito, mas estarei levando a estes Ministros mesmo que não signifique nada a minha palavra, mas, estarei levando a preocupação e aquilo que senti hoje, não só na Câmara

Municipal, não só na Prefeitura Municipal, no aspecto político, mas, principalmente, o drama que nós sentimos hoje, nos próprios trabalhadores, que mantivemos entrevistas com eles. É uma forma, também, de eu retribuir para Porecatu. Que até vou fazer uma confissão pela primeira vez pública, aqui, agora, Porecatu marcou tanto na minha vida que, não sabendo como fazer para marcar alguma coisa de minha vida em Porecatu, uma filha minha, mesmo não nascendo aqui, eu a registrei no cartório, como se tivesse nascido aqui. Então vou levar essa mensagem e, tentar transmitir essa angústia, esse problema que nós encontramos aqui, em Porecatu. E, dizer se tiverem que tomar medida imediata, se for medida, inclusive como já ouvimos hoje, como já se aventa, de se tentar, indiretamente, de liquidar com o Grupo Atalla, mas que isso não se use inocentes e indefesos trabalhadores de toda uma região.” DEPUTADO FIORI LUIZ:— “Porecatu, hoje fazer essas conotações como Presidente da Comissão da Assembléia, Porecatu, parece hoje um grande funeral, a tristeza estampada em cada rosto, a intranquilidade, a insegurança do pai de família, da mulher, dos filhos, olhar de desesperança, sem perspectiva; pelo menos por ora, nós devemos iniciar e, Porecatu deve iniciar, Senhor Presidente, a luta pela chaminé e eu até proporia, embora o recesso, mas, entendo que esse drama social está acima do recesso. Que, através desta Casa, o Presidente aceitasse o desafio e que tentasse uma reunião especial com todos os Vereadores das Câmaras da região juntamente com a Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema, também, numa corrente única de toda esta região e a Assembléia estando ao lado, também, para que num consenso do conjunto elaborasse o documento apelo às nossas autoridades, com tonalidades energéticas, sintetizando estas aspirações populares, porque é triste ver o povo; se há o drama social em todo o País, aqui em Porecatu, especial a gente observa que ele é muito mais profundo, muito mais latente; o trabalhador não sorri, o olhar é triste, ele não tem mais nenhuma perspectiva de futuro. Eu entendo que esta é a hora, não só da Câmara Municipal de Porecatu, mas, partindo aqui das Câmaras de toda esta região,

mesmo no recesso, Comissão Especial de todos os Vereadores, elaborando um documento apelo, a luta pela chaminé, Presidente, porque é duro e dói no coração de ver este drama e, o que eu falei na Assembléia, não importa de onde venha o dinheiro, importa que esse dinheiro venha. O Governo que está preocupado, os nossos governantes têm reformas partidárias em Itaipu, em Angra dos Reis, eles têm que ver o problema social deste cantinho do Brasil; tem que se partir uma luta pela chaminé aqui, de Porecatu, mas, com toda região irmanada, mesmo dentro deste recesso, com documentos se for o caso, com comitivas indo falar com o Presidente da República, com o Governador; o Governador tem que sentir o drama, também, que não é possível que não se consiga o canal, uma abertura para se liberar um empréstimo, para solucionar o problema social do trabalhador, mesmo que esse empréstimo fique vinculado a essa produção que já está estocada; não me importa se o Instituto do Alcool, se o Banco do Brasil, se o BADEP, se é o Governador do Estado, se é o Presidente, alguém tem que trazer, tem que resolver este problema. Então, faço esta sugestão, Presidente, esta idéia, não só em Porecatu, como também toda esta região, uma reunião monstro, com Vereadores, Prefeitos e, se elaborar um manifesto, apelo, mas, enérgico acima de tudo.” PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADOR DARLY FRANCO VERAS: ... “Em nome desta Casa de Leis e do povo de Porecatu, quero agradecer em nome deste Legislativo o comparecimento dos Senhores Deputados, que vieram cumprir esta nobre tarefa, para analisarem a difícil situação pela qual atravessa o nosso complexo industrial do Grupo Atalla.” Franca a palavra, e ninguém fazendo uso da mesma, o Senhor Presidente determinou ao Segundo Secretário, a distribuição de cópias da Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária, aos Senhores Deputados. Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a presente sessão, da qual lavei esta Ata, que lida e achada conforme, será devidamente aprovada e assinada. Do que, para constar, eu, RUBENS R. FERNANDES, a datilografei e a subscrevi.

DARCY FRANCO VERAS

Presidente

Rubens R. Fernandes

Secretário

DARCY FRANCO VERAS — Presidente
Rubens R. Fernandes - Secretário

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1.979

A T I V O			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		331.742,65	331.742,65
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Enc. e Vantagens Fixas		54.369.044,05	
Desp. Variáveis C-P/ Civil		36.632.996,34	
Contribuições de Prev. Social		1.234.868,73	
Outras Obrigações Patronais		45.641,13	
Material de Consumo		2.443.913,07	
Serv. de Terceiros e Encargos		27.331.749,51	
Desp. dos Exerc. Anteriores		53.025,84	
Subvenções Soc. a Inst. Privadas		8.772.410,43	
Inativos		16.002.812,49	
Pensionistas		3.190.803,76	
Salário Família		752.997,50	
Apoio Financeiro a Estudantes		765.600,00	
Assist. Médico Hospitalar		1.900.000,00	
Outras Transf. a Pessoas		89.438,33	
Obras e Instalações		-0-	
Equipa. e Material Permanente		1.290.919,02	154.876.220,20
CONTAS PENDENTES			
DESPESAS DIFERIDAS			
SOMA ATIVO.			155.207.962,85
P A S S I V O			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fixas	54.370.000,00		
Desp. Variáveis C/P/Civil	36.640.000,00		
Contribuições de Prev. Social	1.515.000,00		
Outras Obrigações Patronais	80.000,00		
Outras Transf. a Pessoas	100.000,00		
Inativos	15800.000,00		
Pensionistas	3.191.000,00		
Salário Família	754.000,00	112.450.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	1.895.000,00		
Serv. de Terceiros e Encargos	22.373.500,00		
Desp. do Exerc. Anteriores	55.000,00		
Subvenções Sociais	6.810.900,00		
Apoio Financeiro a Estudantes	765.600,00		
Assist. Médico Hospitalar	700.000,00	32.600.000,00	
CAPITAL			
Obras e Instalações	-0-		
Equip. e Material Permanente	1.000.000,00	1000.000,00	146.050.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	3.581.824,03		
Despesas Processadas	3.563.975,85		
Folha de Pagamento	265.038,23		
Consignações	934.091,06	8.344.929,17	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	693.191,40		
Processados - Credores	29.583,00		
Processadas - Folha de Pagamento	1.308,47		
Cred. em Consignações	-0-	724.082,87	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	88.950,81	88.950,81	9.157.962,85
SOMA PASSIVO			155.207.962,85
PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", EM 08 DE AGOSTO DE 1.979.			
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI	SEBASTIÃO DE L. CARDOSO	DIRCEU G. CORDEIRO	
Contador Geral	Chefe Div. Cont.	Chefe Sec. Cont.	